

ROMBO NA LEI DE GREVE

Enquanto os primeiros resultados das greves já se fazem sentir com a conquista dos aumentos salariais em algumas fábricas, os operários do ABC paulista já podem anotar na sua conta política um importante saldo: deram um passo marcante para a superação da lei 4330, mais conhecida como Lei de Greve. Os patrões e o governo consideraram o movimento "ilegal", mas as paralisações prosseguiram. A Ford concedeu reajuste entre 10 e 15 %, a Alcan de 15 % e a Pirelli de 10 %. Na maioria das empresas prosseguem as negociações. O Ministro do Trabalho revelou que está sendo formada uma comissão de técnicos para manter contatos com os sindicatos operários e propor a modificação na lei 4330. Na pag. 4, a descoberta de que "fazer greve não é um bicho de sete cabeças". Na pag. 5, uma entrevista com o advogado do sindicato do Lula, Almir Pazzianoto.



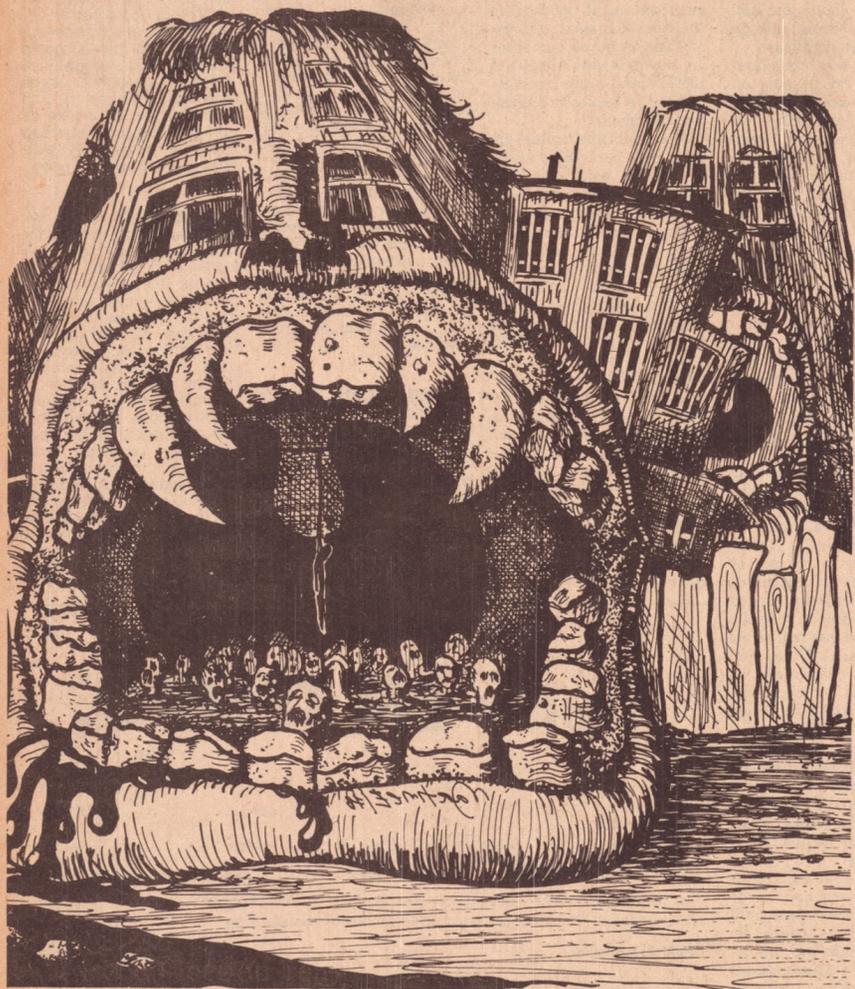
CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

A Anistia Internacional denuncia a existência de 60 campos de concentração na Argentina, para onde são levadas as pessoas sequestradas pelos grupos de extrema-direita, ou presas pelos órgãos oficiais de segurança. Os mais conhecidos são: Campo de Mayo e Regimento de Palermo — em Buenos Aires; Campo de Arana — em La Plata; Arsenal Militar Miguel de Azcuenaga — perto de Tucumã.

Os desaparecidos e presos ficam de olhos vendados ou encapuçados, escapando a regra apenas os condenados à morte. Em alguns campos, os corpos dos muitos que morrem sob tortura ou fuzilamento são incinerados.

Exilados argentinos que viveram direta ou indiretamente essa situação, fazem impressionantes relatos a EM TEMPO.

(Págs. 6/7)



Cinema:
Jeca e a
Dama do
Lotação.

Pag. 10



A reedição da Frente Ampla Euler, segundo Chico Pinto.

Pag. 3

Pag. 3

Reprimindo as conquistas

(Sucursal do Recife) - Mais uma semana se passa sem que o juiz auditor da 7ª Região Militar dê o despacho oficial para a quebra parcial do isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti. O primeiro adiamento se deu ao fim do prazo de oito dias após o término da greve de fome, estipulado pelo próprio auditor, para determinar o cumprimento da decisão. Mais dois adiamentos se seguiram na segunda e quarta-feira últimas, em função dos novos prazos arbitrados pelo juiz.

Enquanto isso os presos políticos de Itamaracá começam a receber punições pela participação na greve. Foram suspensas as visitas conjugais, que "são uma regalia não prevista nos regulamentos" - segundo o major-diretor da penitenciária. As plantações cultivadas pelos presos foram destruídas; elas serviam de complemento alimentar.

No dia 19 de maio, os presos políticos de Itamaracá deram a conhecer uma nota em que denunciavam as ameaças que vêm sofrendo José Emilson Ribeiro, de ser removido para a Polícia Federal. Diz a nota, firmada por 19 presos: "Ante esta possibilidade os presos políticos da Penitenciária Prof. Barreto Campelo vêm manifestar ante V. Excia. (Juiz auditor) uma profunda apreensão que se justifica por razões contundentes. Em 1976, o mesmo José Emilson Ribeiro, juntamente com José Calixtrato Cardoso, Cláudio de Souza Ribeiro e José Adeildo Ramos, foram retirados dessa penitenciária e levados para um Esquadrão de Polícia Aeronáutica e ali submetidos a toda sorte de torturas. Há poucas semanas, o advogado de Lecy Alves de Moura, Dr. Eduardo Pandorff, denunciou a imprensa torturas a que ela fora submetida na Polícia Federal. Mais recentemente ainda, também constituíram em manchete dos jornais locais as denúncias dos advogados de Edval Nunes da Silva (Cajá) a respeito de torturas inflingidas pela mesma entidade. Além de todas estas razões, resta ainda o fato absurdo de Emilson, preso há cinco anos, condenado, não estando respondendo a mais nenhum processo ou inquérito, vir a ser ameaçado de interrogatório em organismo policial".

O Movimento Feminino pela Anistia denunciou publicamente seus temores de novas represálias aos presos políticos de Itamaracá e do não cumprimento dos acordos publicamente efetuados pelo juiz auditor com os presos políticos, que levaram à suspensão da greve.

O governador e o sequestro

(Sucursal de Recife) O governador Moura Cavalcanti, de Pernambuco, nacionalmente conhecido - sobretudo pelos métodos repressivos de sua administração -, acaba de revelar um novo atributo: o de hábil negociador de sequestrados. Na quarta-feira, 24 de maio, quando Sílvio José Pacheco da Silva, de 21 anos, rendeu o consul honorário do México (e presidente da Bolsa de Valores de Recife), Arnaldo da Fonte Dubeux, Moura conversou por telefone com o "sequestrador" durante quarenta minutos. Cinco minutos depois Sílvio se entregou pacificamente à Polícia Federal.

As emissoras de rádio e TV locais deram um show de cobertura, seguindo os acontecimentos quase minuto a minuto. À noite, o governador falou pela TV. afirmou que Sílvio é um "subversivo detectado pelos órgãos de segurança do Estado, por promover várias reuniões objetivando o sequestro de autoridades civis e militares". Sobre a finalidade do sequestro, Moura informou ser a "obtenção de um salvo-conduto e um avião para o México, além de muito dinheiro para comprar armas e máquinas para o Partido Comunista". Durante a conversa com o "sequestrador", Moura Cavalcanti não deixou sequer de introduzir o ingrediente da luta de gerações. Inquirido pelo governador

se desejava ver o pai, Sílvio retrucou: "não porque meu pai está do lado dos poderosos, ele tem a ideologia de vocês". Falante, Moura traçou um perfil do sequestrador na TV: "rapaz revoltado contra todos e a nação".

Na verdade, toda essa trama soa muito estranha. Grande cobertura da imprensa. O governador como negociador. Desfecho inusitado. A oposição pernambucana desconfia de que se trate de mais um ato dos órgãos de segurança, com objetivos bem definidos: desviar a atenção da população da luta pela libertação de Edval Nunes da Silva (o Cajá) e dos problemas vividos pelos presos políticos da Ilha de Itamaracá, além de tentar recuperar a imagem da Polícia Federal, bastante desgastada com as denúncias de torturas contra presos políticos. E, de lambuja, apresentar o candidato a senador pela Arena, Moura Cavalcanti, como o "herói do dia".

Outra hipótese que circula pela Assembleia Legislativa do Estado seria de que o rapaz não passa de um débil mental que tentou um ato solitário logo aproveitado pela polícia para confundir a opinião pública. Ou, como disse um deputado, "o rapaz estava apenas, coitado, querendo conseguir uma casa da COHAB, por intermédio do governador".



CENSURA PRÉVIA

O São Paulo Movimento
Tribuna da Imprensa
Nos jornalistas e leitores,
denunciamos

Jornais e Jornalistas

● O delegado do trabalho no Rio de Janeiro, Luiz Carlos de Brito, fazendo o jogo do pelego José Machado, atual presidente do Sindicato dos Jornalistas e candidato à reeleição, adiou mais uma vez o julgamento do pedido de impugnação contra 11 integrantes da chapa de Oposição. O pedido de impugnação dos onze nomes da chapa encabeçada pelo jornalista Carlos Alberto de Oliveira (Cau), foi resultado de uma dedução do ex-jornalista Emiliano Castro - de O Globo -, feita em parceria com José Machado. Como as acusações de Castro são policiais e inconsistentes, até mesmo o delegado do trabalho se recusa em assumi-las, mas vai deixando a situação indefinida em favor do pelego.

A decisão sobre o caso foi afinal marcada para esta semana, e as eleições para a entidade deverão ocorrer entre 10 e 14 de julho, em terceira convocação. Entretanto, os jornalistas de oposição estão atentos para eventuais manobras, inclusive para a convocação das eleições de uma hora para outra, sem que ninguém saiba, pois Machado é capaz de tudo para se manter no Sindicato.

● A chapa Unidade e Participação (UP), encabeçada por Washington Mello, deverá assumir a direção do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, sucedendo ao mandato de Didimo Paiva (que também a apoiou). Em primeira convocação, as eleições para a entidade foram feitas nos dias 8 e 9 de maio, quando a chapa UP venceu a sua concorrente, encabeçada por Célio Horta (233 votos a 191); mas não se obteve na ocasião o quorum legalmente necessário.

Dai, temendo nova derrota, Célio Horta impetrou mandado de segurança pedindo uma recontagem dos votos do último pleito, em separado, alegando que entre os eleitores havia jornalista cassado pelo AI-5 (!) E foi no próprio AI-5 (art. 5) que Horta se baseou para questionar a vitória de seus concorrentes e - assim - fugir do próximo pleito marcado para o dia 24. Tal atitude foi severamente contestada tanto pelos jornalistas da chapa UP, quando por lideranças da categoria em outros Estados (Sindicatos de Jornalistas de Pernambuco, Brasília e São Paulo), pois é inconcebível que "um colega de profissão, para quem a liberdade e o direito são essenciais, recorra a dispositivos de um instrumento de arbitrio como o AI-5".

Assim, pressionado por todos os lados, inclusive por setores de suas próprias bases, Célio Horta acabou retirando o mandado de segurança, na última quarta-feira, ao mesmo tempo em que renunciava - "em caráter irrevogável" - à sua candidatura.

● O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública no Rio de Janeiro, Américo Canabarro, negou - na última segunda-feira - liminar no mandado de segurança impetrado pela Editora Aparte S/A (jornal EM TEMPO) contra o Comandante do 2º Batalhão da PM, tenente-coronel Bonifácio Barros. A Editora Aparte responsabiliza a PM pela apreensão de 200 exemplares de nosso jornal, e pela prisão de dois jornalistas, sem qualquer ordem judicial, no dia 6 de abril.

Perante o juiz, o tenente-coronel Bonifácio Barros, ao defender-se, alegou que não foram apreendidos 200 jornais (mas apenas 4); e que não foram presos os dois jornalistas ("eles apenas receberam convites para depor..."). Irritado, o tenente-coronel foi além. Disse que a "impetração do mandado é imprudente, leviana e maliciosa, pois houve o intuito de maximizar o incidente envolvendo o nome deste Comando".

Enfim, o tenente-coronel e o juiz, este ao negar a liminar do mandado de segurança, tentaram debitar toda a arbitrariedade na conta de um simples incidente. Como se o ocorrido fosse um fato desligado da onda de ameaças e repressões constantes contra a imprensa independente.

GERALISTAS

Oposição Metalúrgica

Após vários anos nas mãos de pelegos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Americana, Indaiatuba, Nova Odessa, Paulínia, Sumaré e Valinhos (SP) tem agora uma chapa de oposição, que conseguiu seu registro na Delegacia Regional do Trabalho há poucos dias, concorrendo às eleições marcadas para os dias 10 a 14 de julho.

Além do fato de apresentarem mais uma oposição sindical, essas eleições adquirem grande importância, pois há atualmente na região cerca de 35 mil metalúrgicos, sendo 18 mil sindicalizados.

A chapa 2 (de oposição) tem em seu programa 40 itens, divididos em 4 pontos principais: por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por autonomia e liberdades sindicais (abrangendo direito de greve), e pela dinamização do sindicato. Já em plena campanha a chapa de oposição está centrada na necessidade de união entre os metalúrgicos.

"As dificuldades enfrentadas por nós, trabalhadores, - enfatizam - aumentam cada vez mais: salários baixando, custo de vida subindo, condições de trabalho piorando continuamente. Vivemos numa situação de insegurança em que estamos sujeitos a perder o emprego a qualquer momento e em que são desrespeitados nossos direitos e nossa liberdade. A única arma que temos contra esta situação é a nossa união. Esta situação tem que acabar. Temos que lutar juntos para mudar as coisas. E o primeiro passo dessa luta é reconquistar o nosso sindicato, tomá-lo das mãos daqueles pelegos que não representam ninguém. (Fátima Barbosa)



Zé Aririnha ou João Araçonga?

Sem querer o Pato Donald nº 1384 - que está nas bancas - entrou na análise da conjuntura brasileira. Numa de suas histórias, o perigoso bandido Zé Aririnha se refugia no alto de um edifício e de lá desafia o Coronel Cintra, que não consegue desalojá-lo. Entra em cena Peninha, como o Super-Herói trapalhão Morcego Vermelho. Como Zé Aririnha é duro de roer, o Morcego Vermelho chama outro bandido duro de roer - João Araçonga - para cumprir os desígnios da lei. A história termina quando Araçonga desentoca Aririnha, entregando-o à polícia, e fica ele, Araçonga, escondido e resistindo.

Há quem diga - sem querer comparar necessariamente o General Euler a um "bandidão" ou o MDB a um "Super-Herói" - que esta é mais ou menos a situação a esperar do lerte entre ambas as referidas partes. Quer dizer, o regime pintaria novamente a sua fachada, e por dentro tudo continuaria na mesma, só que apresentado mais "consensualmente".

É claro que esta é uma das possibilidades que adoeja no horizonte. Infelizmente, não disponho aqui de metro adequado para medir, com exatidão, o comprimento dos compromissos democráticos (ou não) desta nova possível constelação de quatro estrelas a subir, meteoricamente, ao céu das promessas de democratização. Sei que é bom ligar o "desconfiômetro", com essa história de tantos conspiradores de 64, 68 e outras datas, de repente se bandearem alguns até afoitamente - para os lados das retóricas democráticas.

Em todo caso, creio que o caso Euler revela mais coisas do que uma mera questão de fachadas. Há, efetivamente, uma crise grave por trás do surgimento de "dissidências" no que antes parecia um bloco bem composto. E as diferentes oposições, ainda que confusas e um tanto erráticas na sua atuação, estão sempre, no horizonte desses fenômenos. Recordemos algumas sincronias: Severo Gomes deixa o Ministério; mais ou menos na mesma época o Governo cassa dois vereadores de Porto Alegre por sofrer ataques frontais na questão dos direitos humanos. Enquanto essa questão, como tema político, se alastra pelo país, junto com as manifestações estudantis, de OABs, Igreja, etc., medra-se a "candidatura Magalhães". Agora, Euler - contra o pano de fundo das greves do ABC, de manifestações em praça pública pró-anistia, e muito mais. A crise que isso revela tem duas faces. Uma, conjuntural: a composição no poder rachou, e rachou feio. Vide os episódios burlescos das sucessões. Outro, forçando a palavra, "estrutural", e que eu traduziria mais ou menos assim: o capitalismo, no Brasil, maturou, e tornou certas coisas, como o atual regime político, obsoletas.

Repintar a fachada? Talvez sim, talvez não. O problema não é brigar para qualificar estas coisas de "boas" ou "más". O problema é saber se a gente estará preparado para - se repintarem a fachada - dar uma mãozinha na grande cerca dos fundos. (F.A.)

Bancários da Bahia

As vésperas da eleição para o Sindicato dos Bancários da Bahia, uma chapa de oposição sindical intensifica seus contatos com as bases, em todas as agências, levando uma proposta apoiada na formação de comissões de base, de interferência direta dessas comissões na vida sindical, supervisionando e direcionando as atividades do órgão.

Pedro Barbosa de Oliveira, do Banco do Nordeste e candidato a diretoria efetiva da chapa 3, "Participação e Organização" explicou em que se apoia esta chapa e sua tentativa de furar o bloqueio imposto à categoria pelos pelegos e pela Delegacia Regional do Trabalho. Segundo ele "o básico nosso é a participação e organização dos bancários. Daí virá a força que a diretoria espera ter, que ela pode ter. Na medida em que estivermos entrincheirados em cada agência se tornará impossível a execução de uma política salarial ou sindical contra os bancários".

"Os bancários querem um sindicato que os represente, um órgão reivindicativo e não assistencialista. Isto vai responder porque estamos em volta de coisas concretas: o problema salarial e a negociação direta com os patrões, forma de se negar o sindicalismo atual. No instante em que colocarmos uma abertura em termos democráticos, com ampla participação das bases, estamos impondo a supremacia da assembleia sobre a diretoria. Isto significa tornar inviável os acordos de cúpula, que são favoráveis aos banqueiros, porque é a exclusão dos bancários nas suas decisões, o que permite a imposição dos índices oficiais". (D.G.)

A via peruana

Os violentos acontecimentos no Peru eram previsíveis: o que "zebrou", para Bermúdez, foi terem ocorrido antes do que esperava, e com tamanha intensidade.

Com uma dívida externa de 4,5 bilhões de dólares, amarrado ao FMI, envolto em tensões sociais e políticas, afora a crise econômica, o governo Bermúdez acabou cedendo à convocação de uma Assembleia Constituinte.

Antes das eleições, contudo, supondo que os partidos em campanha poderiam controlar as massas, o governo decreta novos aumentos do custo de vida (de 50 até 130%) então, surge o protesto geral, a explosão do descontentamento.

At os militares tratam de adiar de 4 para 18 de junho as eleições para a Constituinte, decretando também estado de emergência. As centrais sindicais reagem imediatamente, fazendo uma greve de 48 horas e promovendo manifestações em vários pontos do país. O governo baixa o pau. Saído: 22 mortos, mil presos e Cr\$ 250 milhões de prejuízos.

Resta saber se terá lugar ou não a "chilenização" do Peru, ou se será mantida a promessa de Constituinte. Afinal, a revolução peruana, que chegou a ser símbolo de referência e esperança, enquanto projeto "nacionalista" e "reformista", revela agora os seus limites e parece caminhar para o encerramento de seu ciclo.

FINAIS

SOLIDARIEDADE/ Os estudantes de Filosofia, Teologia e Arquitetura da Universidade Católica de Campinas estiveram em greve durante toda a semana passada, juntando-se ao movimento pela libertação de Edval Nunes da Silva (Cajá) - no Recife - O Comitê Pró-Anistia de Campinas, recém-criado, solidário aos estudantes, revelou que - além de Cajá - mais dois universitários recifenses foram sequestrados no último dia 24 de abril (Nilson Lustosa e Lecy Alves).

DCE/ As eleições do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense, dia 17, apontou como vencedora a chapa Liberdade, que obteve cerca de 2500 votos (43% do total). O DCE da UFF ainda não é livre, pois esta votação precisou ser homologada em pleito indireto.

MOTORISTAS/ Em Salvador os motoristas de todas as linhas de ônibus da cidade estão realizando uma greve tartaruga como forma de protestarem contra as péssimas condições de trabalho, a carga de mais de 15 horas diárias e ao reduzido salário a que estão submetidos. Essas greves têm sucedido anualmente, desde 1973, pois essa é a única forma que os motoristas têm encontrado de lutarem por seus interesses, já que seu sindicato é totalmente controlado por pelegos.

PSICÓLOGOS/ A Associação dos Psicólogos do Rio de Janeiro vai se transformar em sindicato. Dia 29, em assembleia, toma posse uma diretoria provisória. Na convocatória da assembleia a APRJ acentua: "É imprescindível que todos os psicólogos, associados ou não, reflitam sobre importância de um sindicato que representa os interesses da categoria, que lute por um maior e melhor campo de trabalho, por um salário mínimo profissional, por especificação de carga-horária de trabalho e principalmente pela maior conscientização dos serviços que esse profissional da área de saúde deve prestar às instituições e à população".

PROFESSORES/ Os professores da rede particular de ensino de São Paulo estão se mobilizando para a conquista de seu sindicato, há mais de 20 anos dirigido por "testas-de-ferro" dos patrões. O Movimento Pró-Chapa de Oposição para o Sindicato Unificado dos Professores - 1º, 2º e 3º graus - está promovendo uma série de assembleias abertas da categoria para discutir a Plataforma da futura Chapa, centrada nos seguintes pontos: reinvidicações econômicas e condições de trabalho, concepção de atuação e organização sindical, análise da política educacional e suas consequências e as perspectivas políticas do movimento. Além disso lançou um jornal, o "Quadro Negro", onde discute essas questões.

TEATRO/ O grupo teatral "Ó Nôis Aqui Traveiz", de Porto Alegre, está denunciando a perseguição policial que sofreu e que culminou com o fechamento, neste mês, do teatro por ele montado. O grupo, que estava apresentando uma peça denunciando a especulação imobiliária e outra de crítica à medicina, especialmente à "máfia de branco", vinha desde janeiro sofrendo toda espécie de pressões: seu diretor e dois seus atores foram presos "para prestar depoimentos"; era constante a presença de provocadores policiais nas suas peças, que chegaram a espancar um de seus atores no final de uma apresentação; no dia 24 de abril a polícia cercou o teatro e prendeu mais de 20 pessoas que assistiam à peça.

NA RUA/ Em Itaboraí, Minas Gerais, 520 operários foram dispensados devido ao fechamento no dia 30 de abril da CONVAP - fábrica de vagões - cuja produção destinava-se inteiramente ao consumo da Companhia Vale do Rio Doce. Nesta cidade, a Vale e as empreiteiras em serviço mantêm o controle da quase totalidade dos empregos. Prova disto é que a dispensa de 520 operários não provocou qualquer reação mais significativa na cidade. O sindicato que teria a função de defender os interesses dos trabalhadores, praticamente se omitiu e está mais preocupado em justificar a atuação da Vale.

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão.....
 Endereço Bairro.....
 Fone Cidade Estado CEP.....
 End. Comercial Horário Fone.....
 Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A.
 Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

EM TEMPO
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aurélio Marras, Aivaldo Galdas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Paula Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mares-Guia, Jurajko Bicksta, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Ray Anagnã, Pont, Robinson Ayres, Tábora Carlucci e Fausto Brito (Consulheiro-Presidente). **Suplentes:** Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Spinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantin.

DIRETORES: Antonio de P. Prado Jr., Flaminio Fantin, Jorge Baptista, Robinson Ayres, e Tábora Carlucci (Diretor Presidente).

Secretaria de Redação: Carlos Moreira.

EDITORIAIS: **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Marion Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Maria Cristina Pflau, Eliezer Rizzo, José Veiga. **Nacional:** Sérgio Kucinski (editor), Maria Moraes, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto, Ottoni Fernandes Jr, Benedito Carvalho, Flávia Rezende, José Luiz. **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squitieri (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Nadine Habert, Sérgio Rodrigues, Gilberto Morgado, Edmur Gomes.

Arte: João Bosco L. Brandão, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi, Niels Andreas (fotos).

Arquivo-Pesquisa: Silvestre Prado, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Guinther, Roberto Paixoto, Celso Lellis.

SUCURSÁIS:
Brasília (S.C.S. - Edifício Maristela, nº1103): Marco Antônio, Marina Juarez, Rita de Cássia. **Recife (R. Anibal Falco, 127 - Fraças):** Sérgio de Souza Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Hebe Scarfuri - Alzira Medeiros, Elvina Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Helena Malta, Paulo Magalhães, Riana Noqueira (administração). **Belo Horizonte (R. Bernardo Guimarães, 1884):** Almirante Duarte (chefe de sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantin, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélis Santos, Mazé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Bercalle, Paulo Vila, Ricardo Barbo, Sérgio Asphan, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração). **Curitiba (R. José Loureiro, nº1203 - Edifício Mauá):** Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Reinaldo Assis - Porto Alegre

(Av. Ovelado Aranna, 1407 - Loja 20): Ana Barros Pinto, Géron Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letícia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes, Salvador (Av. 7 de setembro, 202 - a/501): Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Olídac Miranda, Lina Maria, Rio de Janeiro (Rua de Lapa, 200 - a/408): Acácio Noves, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Ernio Bruns Filho, Fernando Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Leis Meirelles, Ligia Bahia, Luiz Antônio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Berabe, Marcos Aarão Reis, Margareida Aulran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon, Paulo Baia, Paulo César Araújo, Raimundo Teixeira Mendes, Regina Braga, Regina Maria de Abreu, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

ESCRITÓRIOS:
Vitória (ES): Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabno, Pedro José Mansur, Victor Martins. **Companhas (SP):** Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Buzio. **Araçonga (SE):** David Dantas, Fernando Sáiz, Sebastião Figueiredo, Valdemiro Júnior, Fortalez (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio

de Paula e Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saravia Jr., Vinício Araújo (administração e distribuição). **João Pessoa (PA):** Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campos, Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO - (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa de Silva, Edvald Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza (São Paulo), Adelmio Oliveira (Salvador), Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte). **Diretor-Responsável:** Robinson Ayres.

EM TEMPO, uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo-Horizonte). **Redação:** Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. **Composto e Impresso nas Oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda.** - Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone: 853-7461. **Distribuição:** Fernando Chingaglia Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

A frente ampla de 4 estrelas

“... a saída elitista avançou, ampliando seu apoio no interior dos militares”.

— Não lancei a minha candidatura, lancei uma ideia que pode sensibilizar os que estavam dispostos a se reunir numa frente ampla pela redemocratização — (...) essa frente só se fechada em torno da rápida volta ao Estado de Direito. Este é o ponto fundamental e a partir daí poderemos discutir ideias para se formar um projeto, que englobará todas as tendências e todas as opiniões. Só participará da frente, no entanto, quem se comprometer com a nossa ideia básica. (Euler Bentes Monteiro — depoimento a jornalistas, no último dia 18)

— Os próximos anos serão decisivos. O capitalismo a que almejamos só sobreviverá se as salvaguardas do Estado forem, concomitantemente, as salvaguardas das liberdades individuais.

(Dilson Funaro — empresário, em debate na Federação do Comércio de São Paulo, no último dia 9)

Um espectro volta a rondar as oposições brasileiras: o espectro da Frente Ampla, agora batizada de Frente Nacional pela Redemocratização ou coisa que o valha. E assim a história parece se repetir.

Ontem, nos anos 1967/8 ela se articulava com Lacerda, Juscelino e até mesmo Jango pelo lado civil, contando com uma vasta e variada simpatia militar que ia do General Mourão Filho ao General Albuquerque Lima entre outros. Além disto ela contava com uma razoável penetração no meio da burguesia, especialmente naquele setor que vinha perdendo com a crescente internacionalização da economia. E aparecia num momento de reanimação do movimento oposicionista das camadas médias e dos trabalhadores que começavam a se recuperar do golpe de 64.

A semelhança com a situação atual parece significativa. Tanto ontem como hoje vários setores da oposição titubeiam entre aderir ou combater frente. E igualmente, tanto ontem como hoje a oposição mais consequente não pode transigir no combate a estas frentes sob o perigo de cair em grave oportunismo ao subordinar suas metas aos interesses elitistas.

No entanto, as duas situações apre-

sentam algumas diferenças. Naquela época assistia-se à consolidação do regime militar bem como do modelo econômico. Ambos se impõem em 1968, quando vem o AI-5 e ao mesmo tempo inicia-se o crescimento acelerado que caracterizará o chamado “milagre brasileiro”. Já hoje o que ocorre é um forte abalo no regime militar que pode ser o início de sua decomposição, e isto juntamente com o fim da expansão econômica a semear da discórdia entre as classes dominantes.

Dois momentos

Alguns poderiam arguir que esta diferença joga a favor do apoio a tal frente. Naquela época setores da burguesia batiam-se por uma causa inglória, defasados do curso real de seus interesses que iriam logo se materializar nos anos

após-68. A Frente Ampla seria assim o canto final das veleidades civílistas da burguesia, e portanto de forma alguma caberia entrar naquela canoa. Já hoje a situação seria bem outra. A frente atual visaria o fim do regime de exceção, que definitivamente já não serve mais aos interesses da burguesia, uma vez comprovada sua inaptidão para dar uma resposta à crise atual. Portanto, a rebeldia burguesa teria maiores consequências que aquelas que o paralelo com os anos 67/8 poderia sugerir. E desta forma, não caberia senão explorar a fundo esta contradição engrandecendo o cordão dos descontentes. E claro, diriam os frentistas, que o apoio em questão não é total mas sim “desde uma posição de independência crítica, ressaltando permanentemente o caráter limitado da Frente”.

Ora, esta conversa já é antiga. Desde o ano passado era possível prever que se progredissem a crise econômica e a reanimação da oposição democrática, a saída autoritária em curso na figura de Geisel e Figueiredo, poderia dar lugar a saídas elitistas. Estas, na época expressas por Magalhães, Severo e outros caracterizariam-se através da roupagem de União Nacional. E é isto o que hoje presenciámos: a saída elitista avançou, obtendo apoio no interior dos militares, atingindo Generais de quatro estrelas, e ganhando agora a forma proposta por Magalhães, ampliada via Euler Bentes Monteiro. Ao mesmo tempo radicalizou sua ofensiva sobre Geisel-Figueiredo o que fez com que estes também avançassem com novas propostas. De tal forma que hoje as divergências entre ambas as alternativas burguesas de saída para a crise não são

inteiramente nitidas. Ambas visam institucionalizar a “Revolução” trazendo-a de volta à “democracia”. Geisel-Figueiredo propõem um processo “gradual e seguro” enquanto que os dissidentes dizem querê-lo “já” (Magalhães, Euler).

Mas nenhuma das duas vertentes entende por democracia aquilo que a maioria da população anseia imediatamente: liberdade de organização e expressão para todos os explorados. O que as saídas burguesas vêm anunciando, é uma democracia para as elites, ou seja, não é democracia. A anistia que querem é parcial, e não ampla, geral e irrestrita; o aparato policial repressivo deve ser mantido; a liberdade de organização partidária e sindical está ausente de suas propostas ou no máximo definida de modo vago e portanto demagógico; os atos de exceção são subs-

tituídos pelas salvaguardas, e se chegam à Constituinte, ela se torna um engodo, pois nem mesmo é precedida das franquias liberais apontadas acima. Portanto, estamos diante de uma frente que da democracia ao plano jurídico formal, reduz a questão visando um novo pacto social para acomodação das classes dominantes.

Isto posto, a frente hoje em formação parece até bem mais tímida do que aquela dos anos 1967/68. E se os impasses que hoje vive a forma ditatorial de dominação da burguesia podem levar a que esta frente radicalize no curto prazo suas bandeiras, no entanto o reverso também é verdadeiro. Ou seja, o grau de exploração a que hoje se acham submetidos os trabalhadores também, igualmente, levará a que no progredir da conjuntura eles radicalizem suas exigências políticas e sócio-econômicas, aprofundando assim o fosso entre suas propostas e aquelas da burguesia.

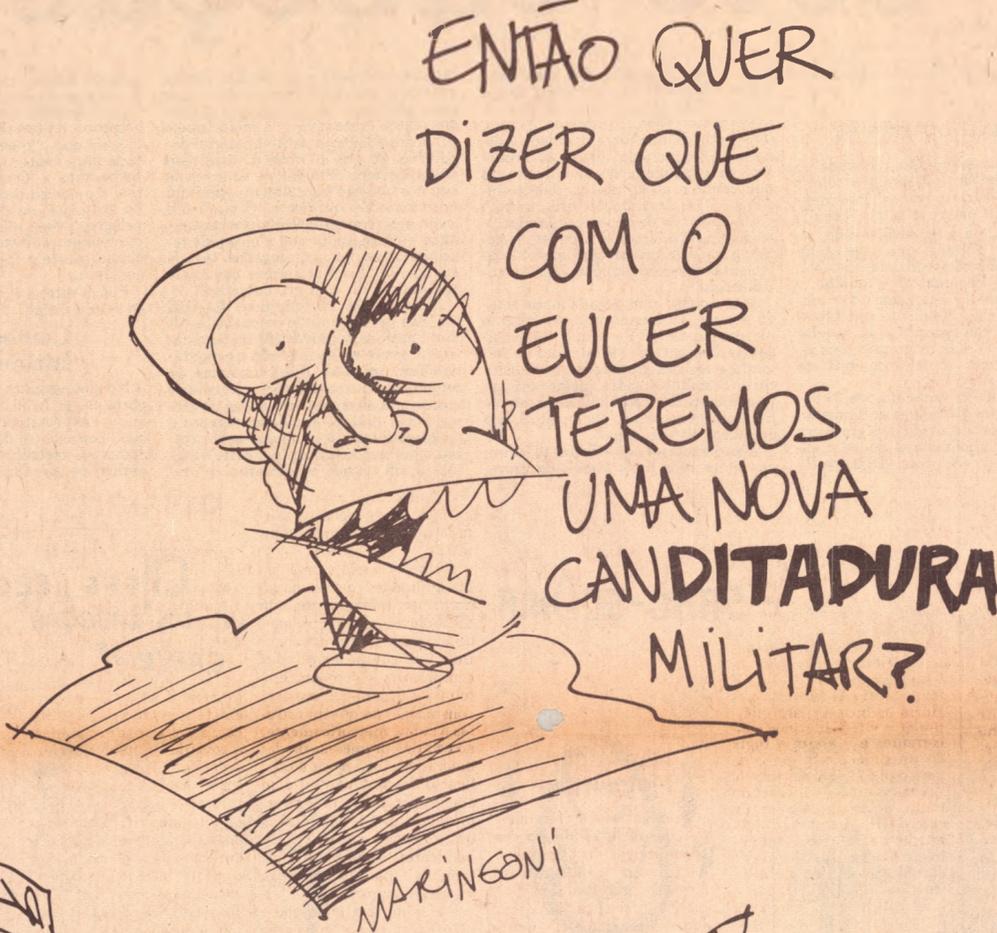
Haja visto que por parte da atual frente não partiu ainda uma palavra sequer de simpatia com as greves que se desenvolvem na região do ABC paulista. E igualmente, em 1968, o fechamento da Frente Ampla em abril e o posterior esvaziamento da dissidência burguesa andou em sintonia com a entrada em cena dos trabalhadores através das greves de Contagem e Osasco.

Este paralelismo no entanto não deve levar-nos à expectativa de um desfecho também paralelo, ou seja, um novo e mais radical AI-5.

O que este paralelismo isto sim deve nos ensinar é que tanto ontem como hoje o que cabe à oposição mais consequente é aprofundar suas alternativas próprias, dando um combate sem tréguas ou meias medidas às saídas, sejam oficiais ou não, com as quais a burguesia ora acena.

E isto somente será possível na medida em que esta oposição coloque em cena um programa ou plataforma alternativo bem como uma proposta de formação de uma frente própria com contornos mais bem definidos, onde o comprometimento com os interesses de classe dos trabalhadores seja desde logo fio-condutor.

(Pedro Parreiras)



BRASIL

BRASIL



Chico vai a Euler

Chico Pinto

“Até me parece que na maioria os militares hoje são democratas (...)”

(ENTREVISTA A BERNARDO KUCINSKI)

ET - Chico, Você e o senador Marcos Freire ao que parece voltaram entusiasmados da visita que fizeram ao general Euler Bentes Monteiro. A pergunta é: porque Euler Bentes Monteiro?

Chico Pinto - Desde há muito tempo o MDB era apontado como partido contestatório e anti-militar. Também há muito tempo tenho conversado com áreas militares, por força até de circunstâncias que independem de minha vontade, e isso permitiu uma troca de ideias, um conhecimento do que pensam alguns setores dessas áreas militares. Isso favoreceu a oposição porque foi possível explicar a oposição, que obviamente sofria de uma falta muito grande de ligação com os militares, a ideia de que existia dentro da área militar pessoas que pensavam mais ou menos assemelhadamente ao que pensa a oposição. Os militares não poderiam ficar tão imunes assim ao que pensa a nação. Os civis quase nunca entendem que o militar, embora tendo uma posição democrática, não possa externá-la. Não pode, principalmente, aquele militar cuja opinião é democrática. De forma que para a nação nos civis somos os democratas, os militantes são fascistas. Dai a razão porque eles são tratados com muita resistência pela sociedade civil. Até me parece que na sua maioria os militares hoje são democratas, o que pode parecer uma incongruência, porque se a maioria é democrata porque é que mantêm o sistema? Mantêm o sistema porque é preciso entender o que é a instituição militar, seus condicionamentos, o que significa um chefe dar ordens, a hierarquia, a disciplina.

ET - E o general Euler é um democrata? Desde quando?

Chico Pinto - O general Euler não é um democrata de hoje, mas sim de há muito tempo. O general Euler é um homem conhecido, sobretudo no Nordeste, pela sua atuação na Sudene, que ele dirigiu de forma não autocrática. Euler também não foi um general da repressão. Logo que ele chegou na Sudene houve pavor no órgão, onde existiam técnicos de posições liberais, bem progressistas e todos eles esperavam que sob a direção de um general seriam afastados todos os que tivessem uma posição esclarecida e só ficaram os técnicos sabujos. Bem, primeiro, não ocorreu isso; segundo, a maneira como ele dirigiu a Sudene foi muito democrática, as decisões eram todas por maioria e não por imposição dele. Só isso, numa fase difícil como aquela, bem difícil e diferente da fase de hoje, já fez com que o general deixasse a melhor impressão. Quanto às posições do general em relação a questões econômicas e sociais, não conheço em detalhe, mas os deputados do Nordeste são testemunhas e avalizam com entusiasmo enorme o comportamento dele na Sudene em relação aos problemas sociais e econômicos; impedir o empobrecimento do Nordeste em relação ao Sul, enfim, esse imperialismo do Sul sobre o Norte.

ET - O que houve na conversa com o general Euler, que fez com você dissesse que “ele é mais democrata do que eu?”

Chico Pinto - Quando fiz objetivamente algumas indagações ao general, ele começou suas formulações de tal forma que me impressionou vivamente. O general dizia que responderia todas as minhas perguntas, mas que o pensamento dele não deveria me influenciar, porque o pensamento que seria preponderante seria o da frente, ou

seja, o daqueles que se sentassem em volta da mesa compondo a frente democrática. Ele poderia defender certa posição, ser voto minoritário, e cumpriria a decisão da frente, e sairia pelo país pregando o que a frente defendesse. Meu entusiasmo foi grande em primeiro lugar por que eu não esperava que um general dissesse isso, pela sua própria formação, segundo, porque eu pessoalmente só defendo aquilo de que estou absolutamente convencido. Não vai ser a maioria que me impõe defender determinadas decisões; posso silenciar a respeito delas, posso não combatê-las, e chegar ao ponto de aceitá-las. Mas o que eu não consigo fazer é defender posições com as quais não concordo, só porque são majoritárias no grupo a que pertencem. Por isso eu falei que o general era mais democrático do que eu.

ET - A que tipo de frente se refere o general?

Chico Pinto - Ele se referia a uma composição a que deveriam estar presentes todos os que querem uma redemocratização já.

ET - A ênfase é no já?

Chico Pinto - Sim, no já.

ET - Nesse caso ele tem uma ideia de como se chegaria a isso, uma ordem de prioridades, abolir de imediato o pacote de abril, chegar à Constituinte, não chegar?

Chico Pinto - Acho que todos nós já estamos tão condicionados pelas outorgas do poder que começamos a pen-

sar em termos de decisões do candidato. Essa pergunta coloca o general na posição de fiel, de quem vai decidir, quando não é isso, ele vai levar a cabo as decisões da frente.

ET - Mas como membro da frente ele tem suas próprias opiniões?

Chico Pinto - A visita não tinha exatamente o objetivo de entrar a fundo em conversas políticas, mas basicamente o general Euler se declarou a favor da anistia ampla e irrestrita, que não admite brasileiros fora daqui ou aqui dentro sem poder participar do processo; enfim que a democracia no Brasil não poderia ser feita com a exclusão de grupos ou de pessoas, mas com a participação de todos, e que isso se canalizaria para o Congresso nacional; defendeu e achou absolutamente justo o direito de greve, consagrado em qualquer país capitalista como a arma que o trabalhador tem para manter poder de barganha com os patrões; acha um absurdo que seja considerada subversão no Brasil; liberdade sindical, não é possível que um dirigente sindical não possa disputar eleições só porque foi vetado por um delegado do trabalho; acha que o pacote de abril esticou demais o mandato presidencial; admitiu até que ele tivesse um mandato provisorio. Mas colocou tudo isso como posições a serem definidas pela frente, inclusive a questão da Assembleia Nacional Constituinte.

ET - Na sua opinião, qual deveria ser a composição dessa frente?

Chico Pinto - Creio que quando o inimigo é muito forte, e isso ocorre aqui, deve-se incluir forças que necessariamente limitam os objetivos, da frente. Quanto mais ampla a frente mais limitados os seus objetivos, porque os pontos em comum são menos. Então eu acho que primeiro é preciso discutir se devemos participar de uma frente ampla para conquistar o estado de Direito, ou se não devemos participar de uma frente ampla. Se frente é ampla, claro que seus objetivos serão limitados.

ET - Você é favorável a uma frente ampla?

Chico Pinto - Eu tenho muito receio das frentes amplas exatamente por isso, porque os objetivos são muito restritos; mas por outro lado nós estamos com um quadro já definido aí para seis anos; estamos com o presidente escolhido e imposto à nação, com os governadores escolhidos e impostos à nação, estamos com esse pacote de abril que não está nem sendo discutido pelas reformas petrolianas.

ET - Você acha então importante um esforço adicional para se quebrar essa perspectiva?

Chico Pinto - Exato.

ET - É curioso que V. não é muito entusiasmado da frente mas é bem entusiasmado do Euler. Será porque você enxerga, além do formalismo da tal frente uma espécie de dinâmica que iria mais longe?

Chico Pinto - Acho que V. respon-

deu à própria indagação. Regimes ditatoriais só podem ser superados pela força ou então por uma organização da sociedade com uma base militar fortalecida de tal forma que leve o governo ao recuo; um recuo por incapacidade ou impossibilidade do governo de perpetuar-se.

ET - Isso quer dizer que você acha que o fenômeno Euler Bentes Monteiro pode oferecer uma oportunidade concreta de se acabar com a ditadura?

Chico Pinto - Eu acho isso e acho mais. Desde 1964 o sistema vem vendendo ao país e ao mundo a imagem de que o MDB é contra os militares. Agora, pela primeira vez surgiu a hipótese de uma aliança entre o MDB e os militares. Se o MDB rejeita uma candidatura com forças militares, o próprio sistema vai dizer que está provada a denúncia; e aqueles próprios militares que através da imprensa pregaram essa alternativa vão concluir que o MDB prega uma coisa e faz outra. Prega que não tem preconceito contra militares e rejeita uma aliança com militares. Acho que esse quadro é de uma importância fundamental e deve ser analisado com cuidado, porque o MDB vai abrir um fosso bem nítido agora entre o partido e até as forças democráticas do exército. Então o partido vai ser um partido civilista, um partido de Ruy Barbosa. Eu não sei como se sai de uma ditadura sem o apoio da força armada; ou forças armadas convencio-

nais ou na forma de forças organizadas pela sociedade civil.

ET - Você realmente acredita que a proposta que os esses setores descontentes do exército é uma proposta democrática?

Chico Pinto - Eu acho que a presença do general Euler já é uma garantia. Mas além da presença dele, eu tenho conhecimento da posição de setores militares realmente democráticos e que vem se empenhando pela restauração da democracia há algum tempo, sem poder aparecer.

ET - Porque, na sua opinião o MDB não formaliza a negociação política com o general Euler?

Chico Pinto - O MDB é muito lento para tomar decisões. E nós temos contra nós o tempo porque até dia 30 de junho o partido tem que fazer sua convenção e escolher seu candidato. Se o partido tivesse até essa altura se definido, as dificuldades que estão surgindo em determinadas áreas tentando colocar o general como estizante e até socializante, não teriam aparecido, perante o fato consumado. Mas é que o MDB é um partido que abriga diversas tendências, abriga trabalhadores e pelegos, abriga até dedos-duros, como o senador Atenor Maria que vê comunismo em todo canto. Então o MDB é isso. Mas o MDB também são forças de esquerda e se compõe com segmentos mais avançados da sociedade, que são as esquerdas brasileiras, que por não ter um único comando de um lado, e ser mais lenta nas decisões porque as vezes precisa consultar as bases, a direita leva vantagem, porque se articula mais rápido. Então essas pressões que estão sendo feitas contra o general Euler, podem até arrebentar com sua candidatura. E arrebenta nos prejudicando, porque pode sair daí um candidato menos comprometido com as ideias básicas da frente mais progressista.

ET - Você acha, inclusive que o MDB pode sair com um candidato não sair com o Euler?

Chico Pinto - Pode; muita gente já começa a discutir essa hipótese, exatamente com base no argumento de que o Euler está muito a esquerda. Tem o nome do próprio Magalhães Pinto, e tem o nome do general Airoso, que está sendo falado por alguns oficiais.

ET - E o risco de o MDB se esfacelar nesse episódio todo?

Chico Pinto - É nisso que o governo joga, valendo-se de seus agentes dentro do MDB.

ET - Como a cúpula do MDB se coloca em relação a candidatura Euler?

Chico Pinto - A cúpula do MDB é pessimista. O pessimista é exatamente aquele que nunca se compromete com uma decisão sem que lhe fique uma faixa própria para recuar, sem ficar mal. Por outro lado houve na imprensa uma reação contra uma candidatura que estão querendo pintar como mais a esquerda do que a de Magalhães.

ET - Como você explica a abertura de hostilidade do Magalhães Pinto contra o Euler?, pondo até a perigo a chance de qualquer dos dois?

Chico Pinto - Não sei as razões, mas creio que Magalhães tenta recuperar força, que inegavelmente ele perdeu quando surgiu a alternativa Euler. Essa alternativa retirou a base de apoio militar de Magalhães. Isso o enfraqueceu, hoje entra com peso menor numa mesa de negociações. Ele agora quer recuperar forças para compor.

Mesmo que Luiz Inácio da Silva, o Lula, tenha declarado irônica-mente, que os trabalhadores do ABC paulista não fizeram as greves do momento "apenas para ilustrar páginas de livros de sociólogos", é evidente que o movimento já fez história. E é ele próprio quem sintetiza o significado dessas paralisações para a trajetória recente do movimento operário: "agora vimos que greve não é um bicho de sete cabeças", sentenciou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Enquanto não se pode avaliar os resultados das greves em termos do atendimento das reivindicações salariais formuladas, uma vez que as negociações ainda estão se processando, é certo pelo menos que um importante saldo já pode ser anotado na conta política da classe operária. Através da própria greve, foi dado o primeiro grande passo para superar a Lei 4330 conhecida como Lei de Greve, baixada pelo presidente Castelo Branco 60 dias após o golpe militar de 31 de março de 1964 (ver abaixo).

Assim, a luta pelo direito de greve, bandeira que crescentemente consta dos programas dos sindicatos combativos e das oposições sindicais e recebe apoio de outros segmentos da população, acaba de deixar o plano da propaganda ou da retórica para conquistar as fábricas, pela primeira vez nos últimos dez anos.

É greve ou não é?

Quando eclodiu a primeira greve, na Saab-Scania, as autoridades fizeram vista grossa. "Todos tem direito de pressionar: o governo está aí para receber pressões e saber resistir", comentou benevolente o ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda. Já o Ministro Arnaldo Prieto tentou despistar e evitou caracterizar o movimento como "greve", "mesmo porque não houve participação do sindicato". O mesmo fez o delegado regional do Trabalho Vinícius Ferraz Torres: "se for decidida a continuidade da paralisação, e se esta for encampada pelo sindicato aí sim se caracterizará como um movimento grevista", disse quando pelo menos 10 mil operários já haviam cruzado os braços.

Esse comportamento até certo ponto vacilante do governo com relação à greve não foi encampado pelos empresários, que desde o início adotaram uma linha agressiva na conduta. "A greve na Scania é ilegal. O sindicato patronal não dialogará com os operários daquela fábrica, mas tão só com o sindicato dos operários. O movimento embora preocupe não representa o consenso da classe dos metalúrgicos", afirmou o empresário Mário Garnero, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Na primeira reunião de conciliação promovida pela Delegacia Regional do Trabalho, o Sindicato Nacional da Indústria Automobilística, representante dos empresários, ampliou este ponto de vista: "O que está em causa no caso presente é uma tentativa do dispositivo político sindical de ampliar um movimento surgido inicialmente na Scania, nesta altura envolvendo já cerca de meia dúzia de empresas no sentido de fazer contestação à política salarial em vigor, ampliando se possível o movimento contestatório a nível nacional".

Falou mais: "Esta conclusão resulta do fato de ser bem clara a lei vigente, no sentido de que tendo sido revogado ainda no mês de abril o dissídio dos trabalhadores da categoria, querem eles agora, a molde do que acontecia antes de 1964, uma nova revisão salarial decorrido cerca de um mês da última concedida pela Justiça do Trabalho".

Reforçando esta preocupação, outro empresário, Newton Chiaparrini, do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Automotores frisou: "o problema que se coloca é o da necessidade de uma definição das autoridades quanto a saber se as regras da política salarial vigente ainda estão em vigor e devem ser obedecidas ou se ao contrário, cada grupo de trabalhadores está livre para apresentar todo tipo de reivindicação, implantando-se um regime caótico, antes mesmo que o governo haja tido a oportunidade de indicar se pretende fazer aberturas na área sindi-

Diante das paralisações do ABC paulista, empresários e governo preocupam-se mais em declarar a "ilegalidade" do movimento do que em reconhecer a legitimidade das reivindicações de aumento salarial. Mas os trabalhadores conseguiram pela primeira vez em dez anos furar o cerco da Lei de Greve e descobrem nas fábricas que

Greve não é bicho de sete cabeças

cal, e no caso positivo, em que sentido".

É ilegal ou não é?

A partir desta reunião, realizada no dia 16, os patrões passaram a cobrar incisivamente do governo uma definição jurídica da greve como "ilegal", isto é, contrária à lei 4330. Assim, no dia seguinte, durante uma nova tentativa de conciliação realizada desta vez no Tribunal Regional do Trabalho, o advogado Otávio Mangano, das empresas, acusou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo de revelar "propósito evidente de manter uma situação à margem da lei, com objetivos inconfessáveis".

O advogado do sindicato dos trabalhadores, Maurício Soares de Almeida, assumiu neste encontro que a greve era ilegal: "os trabalhadores do setor estão entre os mais conscientizados do

país e quando paralisaram suas atividades tinham plena consciência de que assim agiam sem atendimento às regras da Lei 4330". Ressaltou, porém, que "seria de nenhuma utilidade a decretação formal pela Justiça do Trabalho, da ilegalidade do movimento, já que nenhum efeito prático dela resultaria": "Tal decretação viria muito a gosto e serviria de bandeira tão somente aos que preferem se esconder no comodismo e se prevalecer das soluções violentas que excluem o diálogo e o entendimento".

Mas a carga mais pesada ainda estava por vir. Diante do impasse surgido na reunião da DRT - com a intransigência dos patrões em atender às reivindicações dos grevistas -, o Ministério do Trabalho decidiu apelar para um julgamento do Tribunal Regional de São Paulo resolvesse o óbvio, isto é, se a greve era ou não ilegal.

A audiência na noite do dia 18 foi um dos momentos mais tensos da greve,

mesmo realizada longe das fábricas. O advogado patronal, Mangano, lançou uma sarraivada de acusações típicas dos órgãos repressivos: "é sabido que o sindicato é contra a política salarial do governo. Só que ao invés de dizer isto às claras como fazia antes, ao invés de agitar a questão frontalmente, preferiu usar métodos insidiosos. O sindicato levou o movimento para a clandestinidade". Disse ainda que a entidade representativa dos empregados teve a atitude de "insuflar a greve que havia inspirado e da qual era autor real".

A defesa dos metalúrgicos do ABC foi feita pelo deputado emedebista Almir Pazzionato, advogado do sindicato. "A greve realmente não é espontânea. Tem um autor, que é o sistema, o regime, é o autoritarismo, a legislação violenta, a ausência de uma lei de greve, o não diálogo entre empregados e empregadores. Já soube de muito trabalhador que foi torturado, preso e atémorto, em virtude de declarações", re-

trunçou Almir, emocionado, referindo-se aos argumentos do advogado dos patrões. Lembrou que a maioria das empresas ali representadas eram multinacionais que "querem o amparo do estado para continuar oprimindo os trabalhadores": "O que as empresas querem é que o sindicato seja transformado em mais um desprezível grupo de pelegos. E isso não será feito. Não há movimento subversivo quando se reclama contra a fome e o desemprego", concluiu.

Por 15 votos a 1, o TRT decidiu que a greve era ilegal...

Começam as intimidações

No dia seguinte ao julgamento, um porta voz do Ministro Prieto assegurou que a expectativa do governo era de que "conscientes de suas responsabilidades, os trabalhadores retornem aos pátios de produção pacificamente"

Mas a greve demonstrou folego - continuou em algumas empresas, terminou em outras, ou atingiu novas firmas, num movimento diariamente imprevisível. Testada na prática, a decisão do TRT de que a greve era ilegal revelou-se inócua para deter o movimento das paralisações fabris. Começou, então, um novo ciclo de comportamento do governo e dos patrões, caracterizado agora pela farsa intimidatória.

No domingo, à noite, duas notas ministeriais foram divulgadas. Após citar "que a greve foi considerada ilegal", Prieto recomendou aos operários: "O ministério que sempre prestigiou as lideranças sindicais, acreditando no seu amadurecimento e o senso de responsabilidade dos trabalhadores confia em que a decisão da Justiça venha a ser cumprida. Dentro desse espírito, o ministério confia em que os operários retornarão ao trabalho. É firme disposição do governo garantir o direito ao trabalho de todos aqueles que desejarem cumprir suas obrigações. As autoridades competentes, quando devidamente solicitadas, tomarão as providências cabíveis para assegurar o direito acima referido".

Simonsen jogou água fria na esperança de que as reivindicações de aumento salarial fossem atendidas na sua plenitude, ao breçar a possibilidade das empresas automobilísticas repassarem os aumentos salariais para o preço dos veículos, "pois tais repasses contrariariam a política de combate à inflação". Com isso, o governo deixava claro que não aceitaria a pressão exercida através da greve no sentido de que fossem elevados os salários acima dos níveis autorizados por decreto presidencial, por época dos recentes dissídios.

Prieto não demorou a se fazer entender melhor: "Declarada a ilegalidade da greve e se os empregados continuarem transgredindo a lei, é responsabilidade das empresas pedir o concurso das forças policiais para o retorno ao trabalho. Nestes casos, o patrão poderá despedir seus empregados por justa causa, ficando ao arbítrio de cada um pagar os dias paralisados pelo movimento, desde que haja retorno às fábricas", explicou o Ministro numa entrevista coletiva na segunda feira última.

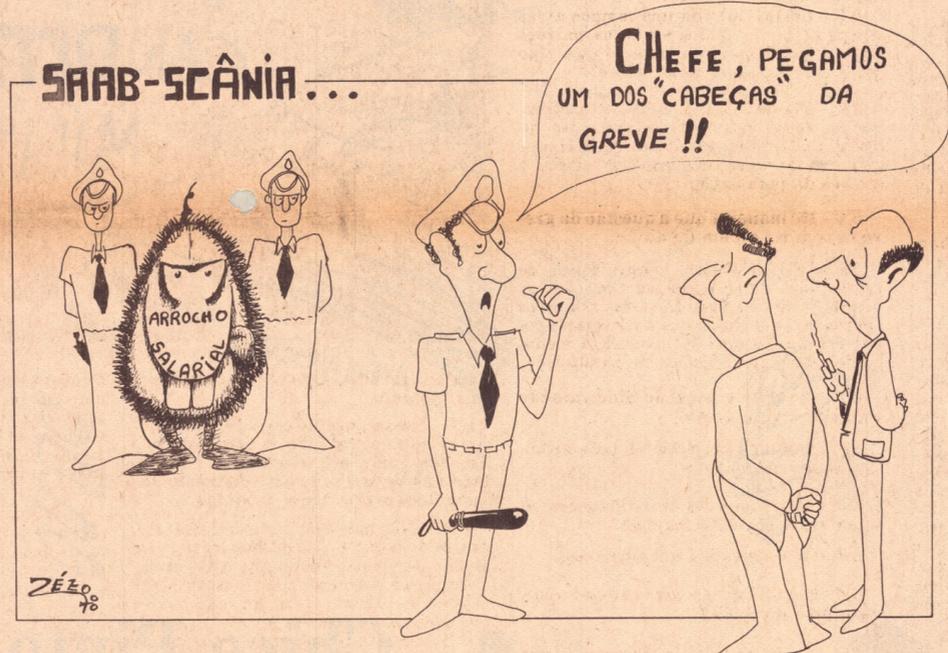
Nesse mesmo dia, o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, coronel Enio Viegas Monteiro de Lima, informou que houve deslocamento de tropas militares para a região do ABCD, "dentro das medidas preventivas": "A Secretaria da Segurança vem acompanhando de perto a situação evidentemente preocupada em impedir que eventuais agitações se valham do momento para se infiltrarem nas classes trabalhadoras para sabotar as negociações pacíficas", acentuou, sem esclarecer qual a quantidade de tropa concentrada na região, por se tratar de "um problema de segurança e no momento não pode ser divulgado".

Na Volks a situação tornou-se preocupante. A empresa confinou os funcionários em suas respectivas seções, impediu que as seções se comunicassem entre si, cortou o telefone entre elas, reforçou a vigilância com os guardas de segurança vestidos com macacões de operários, numa atitude de intimidação aberta. O diretor de Relações Públicas Industriais Admon Gagnem anunciou que a firma não daria o aumento reivindicado pelos empregados pois isso "engoliria todos os lucros que esperamos para o corrente ano".

A Chrysler também adotou a mesma linha de intransigência, alegou uma situação financeira difícil e ameaçou: "certamente haverá demissões". A situação na Saab-Scania foi assim resumida por um operário: "Virou um verdadeiro campo de concentração". Guardas de segurança rondavam as portas de cada setor, impedindo também a circulação de operários, "para que não pudéssemos nos agrupar numa assembleia geral dos insatisfeitos". A Mercedes Benz voltou atrás na proposta anterior que havia feito, de conceder 15% de aumento em tres parcelas e substituiu-a por apenas 5% para ser pago a partir de julho; no lugar do resto, ela preferiu reforçar sua segurança principalmente nos setores chaves e estimular os chefes de seção a fazer ameaças de dispensa.

Por tudo isso, como salientou o delegado regional do trabalho Ferraz Torres: "não há necessidade de uma intervenção de força. Essa é a greve mais pacífica que já se viu em São Paulo"...

Flaminio Fantini



A lei anti-greve

A Lei nº 4330, de 1º de junho de 1964 (exatamente dois meses depois do movimento de março de 1964) foi assinada pelo marechal Castello Branco (presidente da República), por Arnaldo Sussekind (ministro do trabalho) e pelo então ministro da Justiça, sempre idolatrado como liberal, o ex-senador Milton Campos. Na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ela é apresentada como a lei que "Regula o direito de greve, na forma do artigo 15º da Constituição Federal". Entre os operários, na intimidade, ela é conhecida simplesmente como "a lei anti-greve"; progenitora e irmã incestuosa do também não menos famoso "arrocho salarial" (por muitos tido como o pai do já falecido "milagre brasileiro").

Não é à toa que a Lei 4330 foi apelidada de lei anti-greve. Também não é gratuitamente que membros das oposições sindicais vivem repetindo que a classe operária há várias décadas vive debaixo de seu AI-5 particular, a CLT. Quando combinada com outras leis trabalhistas - principalmente os artigos do capítulo IV da CLT (Dos Dissídios Coletivos) e com a Lei nº 4725, de 13/6/1965 (normas para os processos dos dissídios coletivos) -, a Lei de greve produz instrumentos jurídicos sequer sonhados pelos Mussolinis, Krupps e outros inventores de engenhocas para a sujeição permanente da classe operária.

O art. 4º da Lei 4330 exclui sumariamente do direito de greve os "funcionários e servidores da União, Estados, Territórios, Municípios e autarquias (...)". Os outros artigos da lei constituem uma trama sofisticadíssima de precondições, condições, procedimentos autenticadas em cartório etc) para, na prática, proibir a greve para qualquer categoria de trabalhadores. Na sessão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que julgou ilegal a greve dos metalúrgicos de São Bernardo por 15 votos a 1 (este do juiz classista Marcelino Marques), um juiz, o sr. Bento Pupo Peça, perplexo, declarou que a lei "regulamenta tanto o direito de greve que, na prática, acaba impedindo esse direito, o que indica que outra lei deveria substituir a atual, para permitir o exercício do direito de greve com maior liberdade". Embora tenha acusado a própria inconstitucionalidade da lei de greve, o juiz Peça também votou em conformidade com ela, afirmando a ilegalidade da greve de São Bernardo.

Lei X Greve

Segundo a legislação trabalhista em vigor, os trabalhadores só poderão fa-

zer greves em duas condições: nos casos de atraso de pagamento por vários meses e nos casos em que o empregador se recusa a aplicar as decisões do Tribunal do Trabalho fixadas no Dissídio Coletivo anual. A Lei 4725 estabelece que "nenhum reajustamento de salário será homologado ou determinado pela Justiça do Trabalho antes de decorrido um ano do último acordo ou do dissídio coletivo, não sendo possível a inclusão de cláusula de antecipação salarial durante a vigência da sentença normativa" (art. 12º). E como é julgado o dissídio coletivo anual? Segundo o art. 2º dessa mesma lei, ele deve ser fixado tomando-se como base "o índice para reajustamento" estabelecido pelas autoridades federais.

Os acordos são firmados anualmente. Os índices de correção salarial são baixados pelo Presidente da República. E os trabalhadores são obrigados a aguardar serenamente a decisão da Justiça do Trabalho (Art. 865 da CLT: "Sempre que, no decorrer do dissídio, houver ameaças de perturbação da ordem, o presidente (do Tribunal) requisitará à autoridade competente as providências que se tornarem necessárias") e terão que se satisfazer com ela depois, seja qual for (o parágrafo único do art. 872 da CLT veda quaisquer

questionamentos "sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão").

Dessa forma, as decisões da Justiça no julgamento do dissídio coletivo ganham força de lei. Pleitear um aumento salarial superior se transforma em crime, em transgressão da lei. Para os trabalhadores que tentarem se insubordinar, a lei 4330 estabelece severas punições. Seu art. 29 prevê a seguinte pena: "reclusão de 6 meses e 1 ano e multa de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 100.000,00. Ao reincidente aplicar-se-á a penalidade em dobro". A própria lei de greve remete para a Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969) que proíbe greves contra os poderes da república, de solidariedade, e reprobe as greves ilegais, que chega a prever penas de até 4 a 10 anos de reclusão.

Que penas a lei estabelece para o empregador que transgredir a lei? Para o patrão que atrasa os pagamentos ou não concede os aumentos determinados em dissídio? Bem, nesse caso... os trabalhadores prejudicados, sem poder contar com a solidariedade de seus companheiros de outras categorias ou fábricas poderão convocar assembleias, discutir, votar e, quem sabe

- depois de muitos papéis -, realizar uma greve legal.

O ritual da greve. Greve?

Constatada a transgressão da lei pelo patrão, o sindicato dos trabalhadores pode convocar uma Assembleia. Conforme o art. 6º da lei 4330 a assembleia deve ser convocada dez dias antes por edital, que deve ser publicada pelos principais jornais da cidade. A Assembleia será realizada se estiverem presentes 2/3 dos associados; em caso contrário, em segunda convocação poderá ser realizada, depois de pelo menos dois dias, com 1/3 dos sindicalizados (art 5º da mesma lei). A votação da Assembleia deve ser secreta, "com cédulas sim e não" (par. 2º do art. 6º); "A mesa apuradora será presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por pessoa (...) designada pelo Procurador-Geral (...) ou Procuradores Regionais" (par. 3º).

Se a Assembleia, realizada nas condições acima, decidir por maioria de votos pela greve, o presidente (em geral o presidente do Sindicato) deverá enviar cópia autenticada (em cartório) da ata "ao Diretor do Departamento Nacional do Trabalho ou Delegado Regional do Trabalho".

O art. 11 concede 5 dias para que o Delegado do Trabalho procure promover a conciliação entre empregados e patrões. Quando isso não acontecer e as reivindicações profissionais forem aprovadas e a greve autorizada (art. 10º), a diretoria do sindicato notificará o empregador, dando-lhe 5 dias para resolver o pleiteado pelos trabalhadores, "sob pena de abstenção pacífica e temporária do trabalho". Este prazo de 5 dias desce para 3 nos casos de atraso de pagamento (art. 16).

Decorridos todos esses prazos, o art. 17 assegura o direito de paralisar o trabalho, mas assegura também o direito dos fura-greves ("par. único: as autoridades garantirão livre acesso ao local de trabalho aos que queiram prosseguir na prestação de serviço"). E o art. 15 permite que o empregador requeira à Justiça que os grevistas formem turmas para trabalhar na "conservação de máquinas e de tudo que, na empresa, exija assistência permanente".

Além disso, a lei também prevê o término desse tipo de greve. A condição III estipulada pelo art. 25 é a seguinte: "por decisão adotada pela Justiça do Trabalho".

Greve x Lei

A reivindicação do direito de greve e o combate à lei 4330 é hoje uma ban-

deira dos programas de todas as oposições sindicais. Sentindo o rumo dos novos ventos, até velhos pelegos como o sr Joaquim de Andrade (metalúrgicos de São Paulo) e o Lorde João Soares Silveira (metalúrgicos de kBH-Contagem) têm se pronunciado contra a lei 4330.

O aspecto talvez mais marcante de toda a legislação trabalhista em vigor são as sanções contra as diretorias sindicais (possibilidade de intervenção a qualquer momento pela DRT) e a busca da figura dos "cabeças" para punir (ou cortar). Ou seja, as leis visam controlar a própria estrutura sindical compulsista e atrelada ao Estado. Mas, o que fazer quando as greves não nascem do sindicato, quando não passam pelo ritual das assembleias previstas em lei? E, principalmente, o que fazer quando não existem algumas cabeças para serem cortadas, pois o movimento nasce das bases e conta com milhares de participantes?

A atual greve do ABC nasceu nas próprias fábricas, onde de 30 a 40 mil trabalhadores cruzaram os braços (segundo alguns, mais otimistas ou pessimistas, 70 mil). Os dirigentes sindicais responsabilizaram sua não responsabilidade pela exclusão do movimento. A Justiça do Trabalho declarou a greve ilegal, mas ela continuou. A quem punir? Aos 40 mil trabalhadores hoje (quantos amanhã?) ou à própria indústria automobilística (carro chefe do ex-milagre brasileiro)?

No século passado, Eça de Queirós dizia que "não há instituição que resista a uma boa gargalhada". Ao lado da fábrica Saab Scania existe um hospital psiquiátrico. No primeiro dia da greve, os doentes batucavam um samba. No pátio da fábrica silenciosa, vários operários sambavam ao som do batucue. *A.R. Espinosa*

Rompendo a política salarial

Entrevista com o advogado trabalhista Almir Pazzianoto.



da mão-de-obra, para manter as faixas salariais baixas. O estado de espírito do trabalhador com tudo isso é, evidentemente, de ebulição. Agora, no começo deste ano a Mercedes-Benz parou e foram dispensados 17 empregados. Uns 30 dias depois ocorreu a primeira paralisação grande na Scania, que praticamente parou já com o pedido de aumento salarial.

ET - Qual foi o papel do Sindicato no processo de deflagração da greve?

A.P. - No processo de deflagração não houve nenhuma participação do Sindicato, que não foi a nenhuma empresa organizar a greve. Paralisado o trabalho, então, ele assume a responsabilidade das negociações.

“A greve renovou diante do povo a discussão do problema da classe trabalhadora e seus salários. Comprovou que todos os reajustamentos anteriores foram feitos de cima para baixo, sem nenhuma possibilidade de negociação. E demonstrou que a classe operária politicamente representa um peso bastante considerável.”

ET - Mas o Lula há uns tempos atrás declarou que o diálogo com os patrões não estava levando a nada e que algo mais precisava ser feito, não é?

A.P. - Ele declarou. E eu disse taxativamente numa entrevista pouco antes do dissídio que a única maneira de se conseguir romper o cerco da política salarial é através da paralisação.

ET - De maneira que a questão da greve estava na ordem do dia?

A.P. - Estava e está, porque depois de tantos anos de se experimentar todas as possibilidades e se esgotar todas as formas chegou-se a conclusão que a negociação coletiva é absolutamente inviável, a menos que exista a possibilidade de paralisação.

ET - Qual foi o papel do Sindicato tão logo estourou a greve?

A.P. - Assumir a responsabilidade do diálogo com o empregador.

ET - Em nome dos trabalhadores ou como mediador entre os dois?

A.P. - Em nome dos trabalhadores.

ET - Essa foi uma posição oficial assumida pela diretoria?

A.P. - Eu não sei se a diretoria chegou a se reunir para tomar esse tipo de posição formalmente. Mas o comportamento tem sido esse. E eu dizia ontem numa empresa, onde fui acompanhar um diretor do Sindicato: “Os senhores precisam compreender que o Sindicato não pode funcionar de intermediário. Porque se ele assume o papel de intermediário, ele corre o risco de se tornar o pelego. Ele não é o intermediário desvinculado da classe. Ele é a própria classe trabalhadora organizada sob a forma de uma entidade. Então ele tem que falar exatamente como o trabalhador. Ele tem que ser o trabalhador pela voz do dirigente. A meu ver, não há outra possibilidade.

ET - Você poderia explicar como é que isso se manifestou em casos concretos?

A.P. - Eu vou lhe contar o caso do qual eu participei diretamente. Estava no sindicato pela manhã, quando nós recebemos a notícia de que a Suzer Weiss havia parado. Os diretores da empresa procuraram os trabalhadores, queriam que designassem um representante. E esses trabalhadores mesmo não sendo majoritariamente afiliados ao Sindicato disseram que não conversariam com a empresa, mas que mandassem chamar o Sindicato. Um diretor do Sindicato me pediu que o acompanhasse. Fizemos o contato com a diretoria para saber o que estava se passando. Disseram que os trabalhadores estavam parados, que querem aumento de salários, etc. e tal. Então vamos nos reunir com esses trabalhadores. Qual é a posição do Sindicato? A posição do Sindicato só pode ser a de expressar as reivindicações dos trabalhadores, e nós não podemos determinar que os empregados retornem ao trabalho, até porque não fomos nós que mandamos que eles parassem. Isso pode até desmoralizar o mandato do Sindicato se determinarmos que eles retornem ao trabalho e eles não o fizerem. E uma questão até de inteligência. Então temos de saber dos empregados quais são suas reivindicações e expressar essas reivindicações para a empresa. E foi só o dirigente do Sindicato que os trabalhadores disseram quais eram as suas reivindicações. Antes pediram que os patrões e a segurança saíssem do re-

cinto. Queriam 20% de aumento, e mais alguma coisa relacionada com banheiro, férias, etc. que sempre acompanham essas reivindicações. E o Sindicato depois de tomar conhecimento disso tudo perguntou aos empregados como é que nós faríamos esse tipo de negociação: se com eles parados ou com eles no trabalho. E essa questão ficou pendente, até a volta dos empregados para retomarem as negociações.

ET - A assembleia foi feita dentro da fábrica?

A.P. - Certo. Colocada a proposta dos empregados aos empregadores, eles pediram um prazo até o dia 6 de junho para responder, porque um Diretor Superintendente, ou coisa parecida, está pela Europa e só iria voltar o mais rapidamente possível. E fizeram um apelo aos trabalhadores para que voltassem ao trabalho para que as negociações caminhassem. E ali livremente os empregados - um falou contra, outro falou a favor - acabaram se decidindo pela

primeira paralisação. E eu acho que lançar um desafio aberto ao Ministério do Trabalho não iria refrescar a cabeça de ninguém.

ET - Nós tivemos alguns relatos de comportamentos de dirigentes sindicais por exemplo, um que o nosso próprio jornal publicou de uma Assembleia; tivemos também relato da Scania, onde um dirigente sindical ficou o dia inteiro trancado na diretoria da empresa, parece que ele disse mesmo que tinha medo de falar com os operários que estavam lá embaixo. Como é que você explica isso?

A.P. - Eu não conheço o caso do diretor do Sindicato da Scania dessa maneira.

ET - Como é que foi então?

A.P. - Eu conversei muito pouco com o moço... pelo que eu conheço desse rapaz é o



Os grevistas da Volkswagen fazem Assembleia no sindicato.

volta ao trabalho, enquanto aguardavam uma solução.

ET - Nessa questão específica, de voltar ou não ao trabalho, o Sindicato não ofereceu nenhuma orientação? Na verdade não se colocou como dirigente dos trabalhadores ou como condutor?

A.P. - Não houve da parte do Sindicato, através do elemento da diretoria que lá estava e eu, uma palavra de ordem de permanecer parados aguardando a resposta das negociações. Como também não houve uma palavra de ordem de volta ao trabalho. Houve uma tentativa de saber qual a opinião dominante entre os trabalhadores.

ET - Mas é verdade que nos vários episódios de negociação, a tendência do Sindicato era de recomendar uma volta ao trabalho e aguardar o resultado das negociações?

A.P. - Não. Não tem sido essa a tendência, de determinar a volta ao trabalho.

ET - Não de determinar, mas nem como orientação?

A.P. - Nem como orientação. A tendência do Sindicato tem sido a de acompanhar o movimento dos trabalhadores, sem influir no sentido da paralisação ou retorno ao trabalho.

Por outro lado nós não estamos preparados, nós não temos a devida experiência e eu acho que nem o trabalhador. Percebe-se que existe em alguns setores um clima de tensão, um clima muito grande de apreensão e eu não sei se determinar a volta ao trabalho contra a opinião do trabalhador não seria um suicídio político.

ET - Você admite que houve uma falta de espírito condutor. Não de omissão, mas de tentar dar uma direção. E você atribuiu isso muito ao fato de, por ser a primeira vez, se preferiu ficar muito no próprio sentimento das bases já que se poderia tomar uma decisão errada. É isso?

A.P. - É, eu acho que essa preocupação em se captar bem o que está ocorrendo com a base para não se ficar na retaguarda, mas também para não se assumir a responsabilidade de um movimento de greve, talvez viesse trazer para a diretoria do Sindicato um problema muito sério. A gente não pode perder de vista o movimento operário, a necessidade de que o Sindicato seja representativo, mas também não podemos tirar os olhos da realidade legal trabalhista, o que é a legislação trabalhista, para expor uma organização que de certa forma está cumprindo o seu papel.

ET - Você quer dizer que a falta de experiência e o temor em tomar certas de-

me perguntam: a fábrica tem o direito de exigir que a gente saia de lá de dentro? É uma pergunta difícil de ser respondida, porque se até trabalhando a fábrica tem o direito de mandar que ele saia, imagine ele não trabalhando. É o exercício de poder de comando; ora, isto enfraquece, divide, atemoriza.

ET - O que vai determinar o poder da fábrica fazer isso ou não é a coesão dos trabalhadores?

A.P. - É. Mas num momento deste, em que todo mundo está se empenhando, em que alguns empregadores já manifestam uma disposição de diálogo, vem o Ministro do Trabalho e diz que as empresas tem o direito de despedir em massa. É o cúmulo da inabilidade política.

ET - Essa greve tem uma particularidade: o sujeito vai, pica o cartão, entra e não trabalha. Mas não há piquetes e não há nada. Apenas o cara entra e não trabalha. A dificuldade de reprimir está justamente na característica da própria greve. E as empresas só cinco dias depois foram descobrir as primeiras formas de como reprimir. Como é que surgiu a ideia de fazer a greve desse jeito?

A.P. - Eu desconheço. Tenho a impressão que é o amadurecimento daquelas primeiras greves registradas em anos anteriores, que eram paralisações menos demoradas. O que houve foi uma generalização daquele tipo de paralisação. Isso já foi praticado antes.

ET - Qual o nível de conscientização do pessoal? A gente tem a impressão de que o pessoal mais qualificado é que liderou.

A.P. - Na minha opinião a greve só acontece nas empresas mais modernas e nos setores melhores remunerados. Porque é um movimento que parte dos trabalhadores mais conscientes dos seus direitos. É o cidadão que tem certeza que cumpre bem as suas obrigações como operário e que exige em contrapartida um pagamento a altura. Você vê que as seções que estão parando são as ferramentarias. O movimento surge exatamente dentro das ferramentarias, como também no passado.

ET - Independente de não se ter os resultados finais, embora os indícios sejam de que se conquistou ganhos concretos em termos de salários, que balanço geral você faria da greve?

A.P. - Eu acho que a greve foi uma experiência sobre todos os aspectos positiva. Ela foi positiva porque renovou diante do povo a discussão em torno do problema da classe trabalhadora e seus salários. E não houve voz discordante no sentido de que os trabalhadores precisam ser melhor remunerados. Ela demonstrou mais uma vez que a lei de greve é completamente inadequada, pois impossibilita a realização do movimento grevista. Ela comprovou que todos os reajustamentos anteriores foram feitos de cima pra baixo, sem nenhuma possibilidade de negociação. E demonstrou que a classe trabalhadora politicamente representa um peso bastante considerável. Ela pode influir decisivamente para mudar determinadas instituições: legislação trabalhista, legislação sobre greve e assim por diante.

ET - Do ponto de vista do próprio reforço da classe operária, do seu poder de organização e mobilização, como você vê a coisa?

A.P. - Eu acho que a greve foi uma experiência sobre todos os aspectos positiva. Ela foi positiva porque renovou diante do povo a discussão em torno do problema da classe trabalhadora e seus salários. E não houve voz discordante no sentido de que os trabalhadores precisam ser melhor remunerados. Ela demonstrou mais uma vez que a lei de greve é completamente inadequada, pois impossibilita a realização do movimento grevista. Ela comprovou que todos os reajustamentos anteriores foram feitos de cima pra baixo, sem nenhuma possibilidade de negociação. E demonstrou que a classe trabalhadora politicamente representa um peso bastante considerável. Ela pode influir decisivamente para mudar determinadas instituições: legislação trabalhista, legislação sobre greve e assim por diante.

ET - Isto tem acontecido nas empresas?

A.P. - É, essas são as histórias que estão sendo contadas lá. Então eu acho que isto tem que ser levado em conta. Agora, de uma maneira geral não tem havido por parte desses trabalhadores uma atitude comprometida. O que existe as vezes são perguntas difíceis de serem respondidas.

ET - E um fato que o Sistema foi incapaz de desencadear uma repressão em massa, no entanto houve casos de intimidação. Como você colocaria isso?

A.P. - Eu não colocaria que o Sistema foi incapaz de desencadear a repressão. Eu acho que o Sistema - pensando os prós e os contras - achou prejudicial desencadear uma repressão violenta contra os grevistas. O que revela que alguma coisa está mudando politicamente.

ET - Em outras palavras, você quer dizer que a opinião pública fez com que se tornasse pior reprimir do que não reprimir?

A.P. - Exato. Há uma opinião pública generalizada favorável à greve. O temor que às vezes me assalta, é o Governo manobrar para inverter o sentido em que se encontra a opinião pública. O esforço do sindicato, e isto está expresso em comunicados oficiais, e sempre pedindo aos trabalhadores que se mantenham de forma ordeira, evitando todo o tipo de provocação que retire ao movimento o seu caráter pacífico. Uma das dificuldades que o movimento enfrenta hoje, pelo menos de manhã cedo e ontem, é que a Volkswagen mudou a tática, determinando a desocupação da fábrica pelos que se encontravam parados. Isto traz algumas consequências: ou o cidadão trabalha ou sai da fábrica. E o empregado reluta em sair da fábrica, porque ele não está fazendo a greve para perder o emprego ou perder o salário. Ele está fazendo a greve para ganhar. Ele quer ficar no emprego e quer melhorar o salário. E a manobra da fábrica é exatamente para tentar colocar esse pessoal numa situação de resistência. Então os empregados

Almir Pazzianoto - E praticamente impossível você precisar quando começa um movimento que acaba por eclodir numa greve. Eu tenho a impressão que as causas mais remotas da greve da Ford estão aí por volta de 1970. Quando o sindicato de São Bernardo, a rigor, começa a desenvolver uma análise crítica da política salarial do governo com mais objetividade e intensidade. Porque até 1970 a política salarial do governo era combatida mas mediante métodos bastante superficiais. Criticava-se, pedia-se um reajustamento superior aos índices, nada de mais objetivo. Em 1970, o Sindicato resolve se separar da Federação, recusar a orientação da Federação dos Metalúrgicos e tentar o seu dissídio próprio. Mostrando aos trabalhadores as características próprias do trabalho na região: indústrias modernas, multinacionais, com elevadas taxas de produtividade e onde os trabalhadores acabavam por receber um tratamento muito pouco diferenciado das empresas tradicionais, obsoletas que existem por aí as dezenas e centenas pelo interior. O Sindicato não deixou de ser membro da Federação, mas queria no dissídio coletivo seguir a sua própria política. Como acontece até hoje, a Federação recebe uma procuração da maioria dos sindicatos, e decide as coisas da maneira dela. Na ocasião, esse movimento do Sindicato foi até considerado divisionista. O que na realidade não era. Era um movimento em busca da sua própria identificação.

Toda essa agitação saía que o Sindicato dos Metalúrgicos provocava, assembleias sempre numerosos, uma diretoria jovem, muitos diretores dentro das fábricas, tudo isto alimentava a discussão em torno do problema salarial. Na Ford, antes deste ano, houve outras paralisações, bem como em outras indústrias automobilísticas. Paralisações bem passageiras, mas que de qualquer maneira revelam o potencial de luta.

ET - A crise econômica também provocou certas coisas, como, em vez de três reajustes anuais, só dois; não é?

A.P. - É. De um tempo para cá tem acontecido isso. A indústria automobilística enquanto bem posicionada no contexto da economia dava três ou quatro reajustes. O trabalhador da Ford tinha condução gratuita, tinha um plano médico razoavelmente bom e tudo isso foi sendo cortado. Por exemplo: em março do ano passado a Ford propôs aos operários uma redução temporária da duração da jornada, cortando horas normais e não horas extras, numa determinada linha de produção e distribuiu um comunicado. O sindicato apanhou o comunicado e se dirigiu a empresa dizendo que não aceitava aquele tipo de medida. Houve umas duas ou três mesas redondas na Delegacia Regional do Trabalho. A Ford se manteve inflexível no sentido de reduzir a jornada e reduzir os salários. O Sindicato não aceitou e ela demitiu mais de 500 trabalhadores. O Governo e o Ministério do Trabalho na época foram interpostos e disseram que não poderiam fazer nada. Alguns meses antes, ela havia abolido o Plano de Saúde, alterando completamente coisas que o trabalhador até então não pagava e que passou a pagar. Então, isto evidentemente vinha acumulando o descontentamento lá dentro. Este ano, por ocasião do dissídio, o Sindicato deixou bem claro que não participaria das discussões em torno do reajustamento, porque sabia que essas discussões eram inúteis. O reajustamento seria o índice que o Governo decretasse. Num acordo poderia conseguir 1% ou 2% acima do índice oficial, mas abrindo mão de cláusulas que os trabalhadores consideram hoje muito importantes. Por exemplo: a cláusula do substituto, na qual um empregado contratado para substituir um outro recebe o mesmo salário do substituído. Que é uma forma de combater a rotatividade da mão-de-obra. Outro exemplo: a estabilidade do menor em idade de serviço militar. Todas as empresas apanham os meninos de 16 e 17 anos e põe na rua. Então, o Sindicato, e eu penso assim, também, considerou que não vale a pena você pegar um aumento de 1% acima dos índices oficiais, para abrir mão de dispositivos legais.

ET - E eles só dariam o aumento em troca dessas concessões?

A.P. - Exato. Agora, tudo isso foi conquistado na justiça, através de dissídios anteriores, como também a estabilidade da gestante, seguro de vida, nos últimos 4 anos. E depois, se você traduz 1% ou 2% em cruzeiros isso não significa nada.

ET - Quer dizer que após a crise da indústria automobilística, houve um concreto endurecimento na exploração da mão-de-obra através de cortes de benefícios existentes?

A.P. - Exato. Houve através de modificações no tratamento com os empregados, de uma permanente ameaça do facão, que são as dispensas em massa, da rotatividade

me perguntam: a fábrica tem o direito de exigir que a gente saia de lá de dentro? É uma pergunta difícil de ser respondida, porque se até trabalhando a fábrica tem o direito de mandar que ele saia, imagine ele não trabalhando. É o exercício de poder de comando; ora, isto enfraquece, divide, atemoriza.

ET - O que vai determinar o poder da fábrica fazer isso ou não é a coesão dos trabalhadores?

A.P. - É. Mas num momento deste, em que todo mundo está se empenhando, em que alguns empregadores já manifestam uma disposição de diálogo, vem o Ministro do Trabalho e diz que as empresas tem o direito de despedir em massa. É o cúmulo da inabilidade política.

ET - Essa greve tem uma particularidade: o sujeito vai, pica o cartão, entra e não trabalha. Mas não há piquetes e não há nada. Apenas o cara entra e não trabalha. A dificuldade de reprimir está justamente na característica da própria greve. E as empresas só cinco dias depois foram descobrir as primeiras formas de como reprimir. Como é que surgiu a ideia de fazer a greve desse jeito?

A.P. - Eu desconheço. Tenho a impressão que é o amadurecimento daquelas primeiras greves registradas em anos anteriores, que eram paralisações menos demoradas. O que houve foi uma generalização daquele tipo de paralisação. Isso já foi praticado antes.

ET - Qual o nível de conscientização do pessoal? A gente tem a impressão de que o pessoal mais qualificado é que liderou.

A.P. - Na minha opinião a greve só acontece nas empresas mais modernas e nos setores melhores remunerados. Porque é um movimento que parte dos trabalhadores mais conscientes dos seus direitos. É o cidadão que tem certeza que cumpre bem as suas obrigações como operário e que exige em contrapartida um pagamento a altura. Você vê que as seções que estão parando são as ferramentarias. O movimento surge exatamente dentro das ferramentarias, como também no passado.

ET - Independente de não se ter os resultados finais, embora os indícios sejam de que se conquistou ganhos concretos em termos de salários, que balanço geral você faria da greve?

A.P. - Eu acho que a greve foi uma experiência sobre todos os aspectos positiva. Ela foi positiva porque renovou diante do povo a discussão em torno do problema da classe trabalhadora e seus salários. E não houve voz discordante no sentido de que os trabalhadores precisam ser melhor remunerados. Ela demonstrou mais uma vez que a lei de greve é completamente inadequada, pois impossibilita a realização do movimento grevista. Ela comprovou que todos os reajustamentos anteriores foram feitos de cima pra baixo, sem nenhuma possibilidade de negociação. E demonstrou que a classe trabalhadora politicamente representa um peso bastante considerável. Ela pode influir decisivamente para mudar determinadas instituições: legislação trabalhista, legislação sobre greve e assim por diante.

ET - Do ponto de vista do próprio reforço da classe operária, do seu poder de organização e mobilização, como você vê a coisa?

“Depois de tantos anos de se experimentar todas as possibilidades e se esgotar todas as formas, chegou-se à conclusão que a negociação coletiva é absolutamente inviável. A única maneira de se conseguir romper o cerco da política salarial é através da paralisação.”

A.P. - Para o Sindicato de São Bernardo essa greve significa um passo adiante. Para as entidades sindicais que estão aí acomodadas, ela mostrou que ou se renovam ou acabam sendo superadas pelos próprios trabalhadores. Elas não podem mais permanecer na retaguarda. Eu acho que a partir de agora, as coisas vão passar a sofrer mudanças mais rapidamente, ainda que não se tenha uma nova greve num espaço de tempo curto; o governo e os patrões precisam aceitar uma nova forma de diálogo. Eu acho que para eles foi uma lição bastante dolorida. Eu acho que está acabando o tempo de se chegar numa época de reajustamento salarial e se fixar o quanto o Governo quer e ficar lá por aí, sem nada mais.

Os Campos de

A Copa do Mundo começa na Argentina, na próxima quinta-feira, dia 1º de junho. Além das disputas acirradas nos campos de futebol, tomou corpo uma intransigente luta no terreno ideológico. No México, os Montoneros lançaram um documento, assinado por alguns dos principais líderes, inclusive Mário Eduardo Firmenich, no qual o movimento compromete-se a "fazer propaganda da resistência do povo argentino". Eles anunciaram "novos golpes contra o governo militar argentino". Mas prometem que esses "não afetarão as instalações esportivas, nem os participantes do mundial, sejam eles futebolistas, jornalistas ou simples espectadores".

Em Paris, o embaixador argentino disse estar "fazendo o possível para dissipar as intensas campanhas de desprestígio contra a Argentina". Em

Madrid, o contra-almirante Carlos Laceste, assegura aos jornalistas europeus, a caminho da Argentina para cobrir a Copa, que nada lhes acontecerá, que terão todas as garantias. Mas acrescenta uma ressalva, que soa estranhamente como ameaça, "desde que os senhores sejam objetivos em seus noticiários e não firmem dispositivos legais. "E qual será o destino dos jornalistas que o governo argentino não considerar objetivos?"

As forças Armadas argentinas asseguram haver tomado todas as medidas necessárias, inclusive a formação de uma brigada especial de 5.000 soldados intensamente treinados na guerra contra o terrorismo. Apesar dessas garantias, todas as equipes estrangeiras estão levando atiradores de precisão das forças policiais de seus próprios países como guarda-costas. Talvez

lembrando-se dos ousados atos de terrorismo realizado nos últimos jogos olímpicos de Munique, o governo alemão quer não tomar as máximas precauções. Está pretendendo mandar como guarda-costas membros das tropas de elite que participaram no ano passado da arrojada libertação dos passageiros de um jato da Lufthansa, que havia sido sequestrado e desviado para Mogadíscio.

Mas como é a situação na Argentina de hoje? Ainda existe de fato um clima de guerra que justifica tantos temores? Não decaíram muito nos últimos meses as atividades dos grupos guerrilheiros de extrema-esquerda?

Falando com exilados recém-chegados ao Brasil e, usando depoimentos feitos à Anistia Internacional na Europa, é possível formar um quadro geral da situação.



"Torturam e matam à vontade"

Cristina, que vem de uma tradicional família militar mas teve que fugir para o Brasil por causa das atividades de seu marido no sindicato dos médicos, dá a sua explicação: "Hoje em dia, a verdadeira ameaça à tranquilidade não vem dos grupos guerrilheiros de esquerda. Hoje o país está sofrendo as consequências nefastas de ter permitido às Forças Armadas montar todo um enorme aparato repressivo. As Forças Armadas tentaram combater a guerrilha com a contra-guerrilha. Além dos órgãos normais de segurança nas três Forças Armadas, foram criados grupos independentes de contra-guerrilha, autônomos nos níveis militar e econômico."

"Esses grupos planejam suas próprias operações militares, sem precisar de autorização de ninguém. Eles roubam tudo que podem das casas que invadem — dinheiro, relógios, toca-discos, etc. Eles consideram isso, despojos de guerra".

"Esses grupos, geralmente conhecidos como brigadas, tem 40 ou 50 participantes. Eles possuem suas próprias sedes, com presídios secretos, e têm os seus próprios depósitos de munições. Torturam e matam à vontade. Muito mais que as forças regulares, essas brigadas são odiadas e temidas pelo povo".

Cristina continuou: "Os soldados são recrutados especialmente por coroneis de unidades diferentes. Realizam

operações de um mês em zonas especiais. Depois são dispersados de tal forma que é impossível localizá-los. Durante a operação, o comandante da brigada tem poder total".

Invasões

"As brigadas fazem vários tipos de operação. Realizam *rastrillos* (revista sistemática, apartamento por apartamento, de todo um edifício ou quarteirão). *pinzas* (revista de carros na rua). Mas são especialistas em *allanamientos*, as invasões domiciliares em busca

"Eles roubam tudo que podem das casas que invadem, consideram isso despojos de guerra"

de pessoas suspeitas de terem ligações com guerrilheiros ou de terem tendências esquerdistas. Pedro, um operário de uma usina de açúcar perto de Tucumán, comentou: "Durante a pior época, logo depois do golpe, os tucumanos acostumaram-se tanto a esses *allanamientos* que eles guardavam escondidos todas as suas posses menores — dinheiro, relógios, televisores, vitrolas. Só deixavam à vista coisas maiores, como máquinas de lavar, que não podiam ser transportadas facilmente".

Pablo, um marinheiro, descreveu um *allanamiento* que ele presenciou. "Estavam procurando a minha irmã. Chegaram em casa às duas horas da madrugada. Quatro homens com metralhadoras. Um estava bêbado. Ficaram tão nervosos por não terem encontrado minha irmã que beberam tudo que tínhamos em casa. Ameaçaram todos — meus pais, minha avó. Dispararam balas no teto. Finalmente foram embora, levando minha vitrola, o televisor, livros, tudo que podiam levar. Depois disso, toda a minha família saiu da Argentina. Os meus pais gostariam de voltar. Eles não têm motivos para ficar fora. Mas estão com medo. Cada vez que minha mãe vê um policial começa a chorar. Minha irmã? Ela era colegial. Ativa na escola, organizava debates, mobilizava os alunos. Mas nem dá para pensar nela como guerrilheira, uma menina de 15 anos. Mas uma amiga dela foi morta. E uma outra, muito amiga, também com 15 anos, foi sequestrada e nunca mais apareceu. Pode imaginar, 15 anos e nunca mais ser vista..."

Pedro, arquiteto, acrescentou: "Quando invadiram a minha casa, houve de todos os tipos. Alguns foram cortesias, falando baixinho. Outros foram verdadeiros brutos, ameaçando e quebrando coisas à toa. Eles utilizavam diversas táticas pois, sempre que não conseguem seu objetivo com uma, lançam mão de outra".

"AAA—uma fachada conveniente"

Segundo muitos exilados, essas brigadas surgiram da temida "AAA" (Aliança Anticomunista Argentina), que foi organizada no fim do governo Perón, sob a orientação da sinistra figura de Lopez Rega, ministro do Bem-Estar e Previdência Social. Ricardo, um operário qualificado, contou: "Nas suas origens, a "AAA" surgiu do peronismo de direita. A sua cabeça visível foi Lopez Rega. Os grupos foram compostos não só por militantes do peronismo de direita, mas também por policiais. Isso facilitou a formação de verdadeiros pequenos exércitos clandestinos. Em pouco tempo, tornou-se impossível afirmar que a AAA era independente do governo. Sabe-se, também, da participação nesses grupos de argentinos, ex-membros da OAS, que participaram na feroz repressão francesa na Argélia. Pessoas ligadas a Lopez Rega tinham guarda-costas argentinos".

Ricardo continuou: "É claro que a "AAA" foi criada com aprovação militar, porque as forças armadas não tinham problema em detectar esse tipo de atividade. Toleravam-na porque pensavam que podiam controlá-la e se aproveitar dela. Sabe-se que muitas ações atribuídas a AAA não foram realizadas por ela. Foi uma fachada conveniente atrás da qual os militares e policiais podiam fazer qualquer coisa. Por isso, depois do golpe, as ações continuaram, com os mesmos métodos, com os mesmos resultados. Só que, aos poucos, iam abandonando o nome "AAA", porque não era mais necessário".

Os exilados falam da gradual ampliação nas atividades do aparato repressivo do Estado. Afirmando que, aos poucos, a rede de repressão está se estendendo para incluir todos os grupos que não reconhecem como sua primeira

lealdade, a lealdade ao Estado argentino. Apontam o número crescente de detenções de grupos evidentemente não políticos, como as Testemunhas de Jeová e a Missão da Luz Divina. A criação recente de um Registro Nacional "A repressão se converteu em monstro sagrado que continuamente exige mais sacrifícios"

nal de Seitas, no qual todos os grupos religiosos, menos os católicos, precisam se registrar, é vista como outro passo na mesma tendência. Para alguns, está-se presenciando uma tentativa da parte de poderosos grupos militares de implantar um verdadeiro estado totalitário no qual todos os valores individuais têm que ser sacrificados a um abstrato conceito de Nação.

Estado no Estado

Alberto, um jovem exilado de Buenos Aires, resume a situação: "Os grupos repressivos se tornaram um Estado dentro do Estado. Para manter o fluxo de pilhagens — que eles chamam de despojos de guerra — e para justificar sua continuada existência, esses grupos exigem um jorro sem fim de vítimas. A definição de "subversivo" se torna cada vez mais vaga, enquanto esses grupos vorazes vagueiam pelo país. A repressão se converteu em monstro sagrado que continuamente exige mais sacrifícios".

Essa análise, feita por muitos exilados, ganha uma certa confirmação de uma fonte acima de qualquer suspeita. No começo de maio, o general Albano Harguindeguy fez um discurso em Bue-

nos Aires, num congresso de chefes policiais. O ministro falou: "Inicialmente, a subversão foi alimentada e aplaudida por setores políticos e alguns de seus dirigentes chegaram a ocupar postos-chaves na estrutura do Estado. As Forças Armadas careciam de liberdade para operar. A polícia, sem orientações precisas, sem doutrinas ou estruturas adequadas para enfrentar a subversão via, impotente, seus homens serem assassinados. A subversão ganhou a rua. Os efetivos se encerraram nas delegacias e dali atuaram em contra-golpes, muitas vezes sem direção centralizada, sem enquadramento jurídico, carentes de apoio e de uma atividade informativa séria".

Mais tarde, o general continuou: "Como em toda guerra prolongada, houve uma interpenetração de seus setores. A subversão adotou aspectos de nossa doutrina, se instruiu em nossos regulamentos, quis copiar nossos uniformes e usou nossos grupos hierárquicos. Por sua vez, as forças legais adotaram muitos dos procedimentos de combate usados pela subversão. O desprezo pela vida humana, intrínseco à filosofia do inimigo, atingiu alguns dos nossos. A falta de valores destes delinquentes influenciou alguns de nossos homens. A agressão de uma esquerda irracional produziu por reação o florescer dentro de nossas forças de alguns grupos, também irracionais, de extrema direita".

Ele terminou: "Esta ação teve consequências deformadoras: a descrença total e generalizada na Justiça fez com que a força do Estado se transformasse, em alguns casos, em violência exercida por grupos fora de controle. A falta de enquadramento desta violência criou um ambiente próprio para o descontrole ético".

As histórias aqui contadas são verdadeiras. As pessoas existem. O seu sofrimento é real. As barbaridades denunciadas continuam se repetindo, impunemente.

Essa reportagem foi feita, em grande parte, por meio de depoimentos obtidos por Jan Rocha e Sue Brandford de exilados argentinos que passaram pelo Brasil em fuga para a Europa. O texto final é de Sue Brandford.



Alberto Falicoff, médico, desaparecido



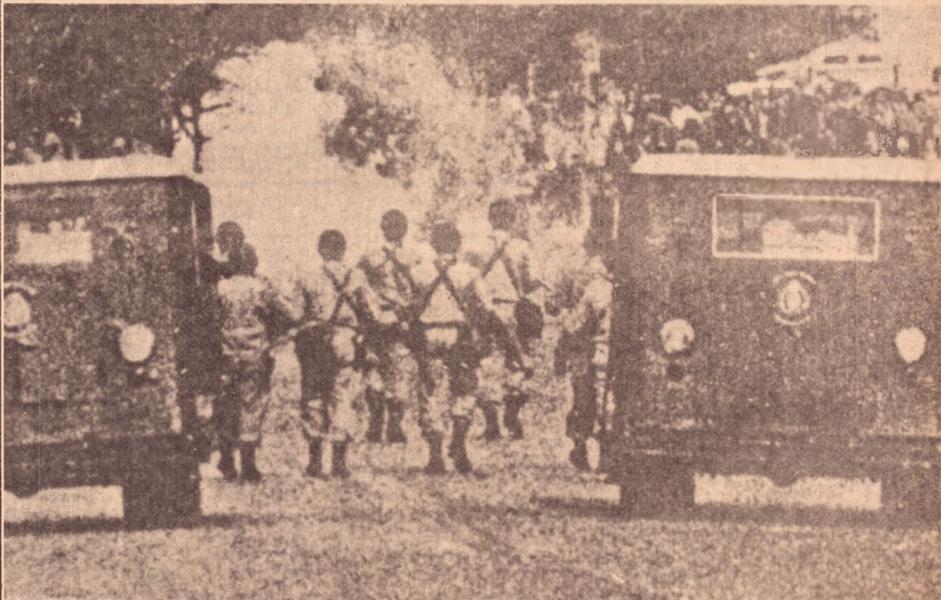
Estela contou tudo à Anistia Internacional



Jorge Omar Bonafini, professor, desaparecido

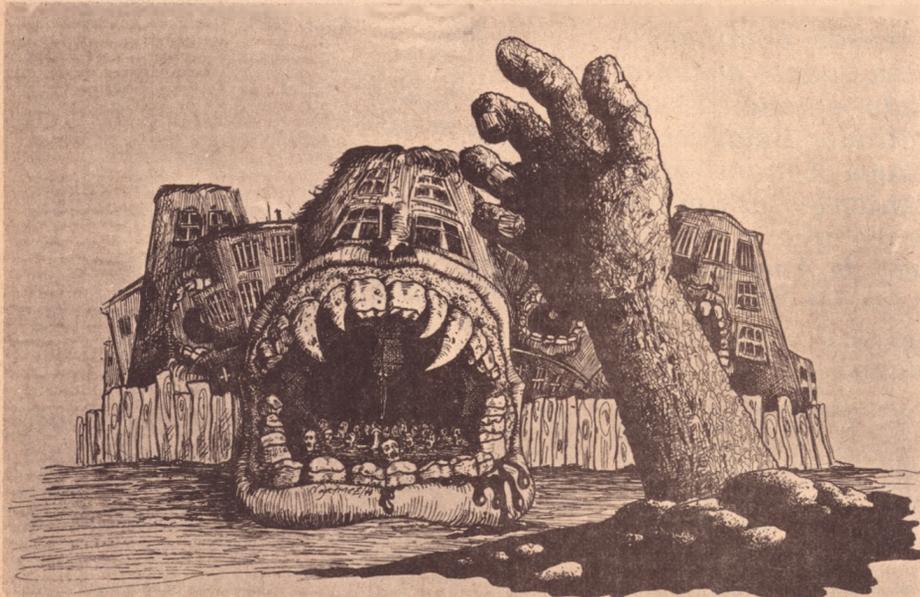


Pablo Campano, trabalhador, desaparecido



Concentração

"Luta armada e luta política"



"60 prisões clandestinas"

Muitas das pessoas sequestradas pelos grupos terroristas de direita ou detidas pelos órgãos de segurança são levadas à prisões secretas, espalhadas por toda a Argentina. A Anistia Internacional calcula que existem 60 dessas prisões. As mais conhecidas são: **Campo de Mayo e Regimento de Palermo** em Buenos Aires, o **Campo de Arana** em La Plata, o **Arsenal Militar Miguel de Azcuena** na Ruta 9 perto de Tucumán, todas bases do Exército, e, a **Escuela Mecânica de la Armada**, a base da Marinha em Buenos Aires.

Outros campos são situados em armazéns abandonados ou fazendas, como **Ingenio Baviera de Famaila**, perto de Tucumán, uma velha usina de açúcar. Há, também, casas menores que são usadas como centros de tortura e presídios temporários.

Finalmente, alguns presos são detidos em prisões comuns, como o **Carcel Penitenciario em San Martín**, Córdoba. Como são registrados sob nomes falsos, o próprio diretor do presidio pode desconhecer a verdadeira identidade dos seus detidos.

Muitas vezes, a localização dos campos é bem conhecida dos habitantes da região. Um exilado contou: "Em Córdoba, todo mundo sabe dos campos de concentração - o **Campo Rivera**, perto do cemitério San Vicente, e o **Campo de Perilla**, perto do Balneário turístico de Carlos Paz. As muralhas do campo são visíveis da estrada. Apesar do controle do governo sobre a imprensa, todo mundo sabe da existência desses lugares e sabe o que se passa dentro deles".

As condições, nos campos, são sub-humanas. Na grande maioria dos casos, os olhos dos presos são vendados, ou são encapuzados. Somente fogem dessa regra os colaboradores e os condenados à morte. As observações dos presos se limitam ao que conseguirem ver quando as vendas se soltaram um pouco.

O mesmo capuz

Antonio, um jovem estudante de família abastada, descreveu o sequestro de seus pais e de sua irmã: "Um grupo de 20 policiais, fardados, chegaram em casa às 5 horas da manhã. Estavam procurando meu irmão maior. Roubaram tudo que puderam levar - dois televisores, dois carros, tudo. Prenderam meus pais e minha irmã de 18 anos. Levaram-os encapuzados. Pegaram lençóis da casa para fazerem os capuzes.

Meus pais foram maltratados logo no começo. Foram muito interrogados, muito surrados. Tinham que dormir no chão, sempre encapuzados, com os tornozelos e pulsos encadeados. Meus pais ficaram juntos, sem minha irmã. Os guardas xingaram, deram pontapés, judiaram. Receberam um sanduíche por dia, de salame ou mortadela, e uma pequena garrafa de água.

Foram levados a um quartel do Exército, perto de Buenos Aires. Não sabem onde exatamente. A polícia participou na operação inicial, mas eles ficaram num quartel do Exército o tempo inteiro. Eles calcularam que haviam uns 50 presos com eles, todos encapuzados.

Depois de uma semana, trocaram os capuzes por vendas. Foram trancafiados num galpão, no sub-solo. Não podiam tomar banho. Urinavam num balde. Só podiam ir ao banheiro uma vez por dia. Foi um clima permanente de destruturação. Os meus pais sempre falam que no campo todos os seus valores foram invertidos. A única coisa de importância era permanecer vivo, sobreviver. Por isso, era importante o momento que chegava a água, o sanduíche, a hora de ir ao banheiro.

É assim que eles tentam chegar à destruturação moral dos presos. Meu pai falou que uma vez pediu água. O soldado chegou com a água, mas deixou cair a garrafa, de propósito. Meu pai estendeu a mão e pegou o vidro quebrado, ainda molhado.

Assim os presos aprendem a nunca pedir nada, porque os soldados são treinados para reprimir, permanente e brutalmente, qualquer desejo dos presos. Parece que os soldados não recebem treinamento especial. São treinados no quartel mesmo. A maioria é jovem, 17 ou 18 anos. Vem do interior.

Tocam música sempre, música tão alto que é difícil dormir. De vez em quando, baixam o volume, para deixar escutar os gritos dos torturados. É um clima permanente de terror - gritos angustiados, músicas, surras dos guardas...

"Eles o levaram para a fossa onde incineram os cadáveres..."

Depois de 25 dias, levaram meus pais a sala de tortura. Ali torturaram a minha irmã, de 18 anos, na frente deles. Choques elétricos nas pernas, no abdômen, nos seios. Depois soltaram meus pais dizendo que matariam minha irmã se não entregassem meu irmão.

Crematório

Um soldado contou para um amigo o que tinha visto no Campo de Mayo, em Buenos Aires. "Foi em junho, a época mais fria do ano. Um grupo de soldados voltou com dois homens num caminhão. Foram deixados no caminho durante uma semana, encapuzados, mãos e pés amarrados, vestindo somente camisa e calça numa temperatura de 0° centígrados. Não receberam comida, mas alguns soldados conseguiram levar chá mate de vez em quando. Depois de uma semana, um deles morreu. Eles o levaram para a fossa onde incineram os cadáveres. Um pouco antes, eles queimaram alguns presos que tinham morrido sob tortura, colocando combustível de avião para queimá-los. O cheiro de carne humana em chamas era tão forte que eu queria vomitar. Eu não sei o que se passou com o outro homem. Eu não sei quantos cadáveres foram queimados. Estava acontecendo sempre..."

"Água, Água"

Em novembro de 1976, Alberto Fali-

coff, e sua mulher, Estela Cornelea, foram sequestrados e levados para uma prisão secreta. Estela foi solta um mês depois e fez um relato para a Anistia Internacional. Seu marido nunca mais foi visto. O trecho seguinte faz parte de seu depoimento: "Me falaram que houve três mortes por tortura naquele dia. Mais tarde, vi um homem ser enforcado até a morte. Uma vez, enquanto eu escutava os gritos de Alberto, o alto-falante chamava um médico. Depois, ouvi o médico falar: "Chega, se vocês querem que ele continue vivo"... Quase não havia nenhum centímetro de sua pele sem feridas. Ele estava suando profusamente e sussurrando, "água, água", mas sua voz era muito fraca e quase não conseguia falar. Um guarda falou que não poderia dar-lhe água porque morreria. Não deixaram ele tomar qualquer líquido durante pelo menos cinco dias. Também não podia comer e sua condição piorava a cada dia. Consegui apenas tocar em meu marido e passar-lhe a minha garrafa. Podíamos cochilar um pouco quando os guardas não prestavam atenção".

Um professor de Córdoba contou: "Depois do golpe militar, foi cavada uma fossa nas montanhas onde jogavam os cadáveres. Muita gente foi testemunha disso. Uma vez, por acidente, jogaram uma mulher viva na fossa. Na madrugada, ela começou a gemer, pedindo ajuda. Alguns companheiros escutaram e, sem perceber o que estavam fazendo, levaram-na à delegacia mais próxima.

Nunca mais foi vista".

O uso dos cães

Um exilado de Tucumán falou: "Dois amigos meus estavam no campo de Famaila em Tucumán. Um me contou que, primeiro, suspenderam-no numa roldana de um helicóptero, deixando-o bater contra rochas e árvores. Depois desse martírio, quando pensava mesmo que ia morrer, levaram-o a um lugar onde treinaram cães a atacar as partes mais sensíveis do corpo, sobretudo os órgãos genitais. Esses cães também violam mulheres".

Jorge Santiago, um electricista de 38 anos, também de Tucumán, é um dos poucos sobreviventes dos campos. Mostrando as marcas de tortura no peito e nas costas, ele contou: "Eles me deram choques em todo o corpo, depois na boca e no nariz. No campo, deixaram-me suspenso pelas pernas em uma árvore. Posteriormente, enterraram-me até à cintura. Outros foram sepultados até o pescoço e abandonados assim durante vários dias. Um rapaz morreu dessa maneira. Deixaram seu cadáver lá mais de um dia. O cheiro foi terrível. Finalmente o levaram embora".

Maria Antonia, a mulher de Jorge, é jovem e bonita. Não aparenta o sofrimento que passou. Ela contou: "O meu vestido apodreceu no meu corpo. Foi horrível, horrível. Todo mundo vestia farrapos. Somente nos deixaram tomar banho quando o cheiro era forte demais para eles. Eu me lembro que a pele saía do corpo de alguns, quando finalmente se lavavam, por causa das torturas".

Nos últimos anos, muitos argentinos foram mortos ou sequestrados. A Anistia Internacional estima 15.000 o número de pessoas desaparecidas por serem militantes ou simpatizantes dos movimentos esquerdistas. Milhares saíram do país amedrontados pelo desaparecimento de amigos íntimos ou parentes.

Apesar do enorme sofrimento pessoal, a grande maioria dos membros e ex-membros dos movimentos revolucionários continua firme no seu compromisso ideológico. Contudo, depois dos sucessos espetaculares dos primeiros anos da década de 70, os reveses militares sofridos pelos movimentos estão levando alguns militantes a questionar não o compromisso ideológico básico, mas sim a estratégia revolucionária que foi adotada.

Essa auto-crítica, feita por um militante cuja mulher foi sequestrada pelas forças da repressão, é indicativa do tipo de análise que está sendo feita. "Fomos cativados pela natureza enganosa e simples das ações de guerrilha e continuamos com elas num momento histórico errado. Durante a ditadura militar, de Onganía a Lanusse, o povo apoiava qualquer tipo de resistência. Tínhamos razão - e tínhamos êxito - em nossa prática guerrilheira. Mas, de 72 a 76, de Cámpora a Isabel, deveríamos ter desenvolvido a luta política. Deveríamos ter canalizado toda nossa energia na organização de um poderoso movimento de massas e de um partido operário. Depois do golpe militar de março de 76, talvez a prática guerrilheira fosse a tática certa de novo. Mas, nesse momento, por causa de nossa tendência militarista anterior, tínhamos esgotado essa opção.

De certa forma, caímos na armadilha preparada pelas forças armadas. Eles queriam desviar-nos para um simples conflito militar, porque tinham confiança que nesse terreno finalmente nos venceriam. Era no nível político e ideológico que nos temiam profundamente. Apesar disso, deixamos que eles nos empurrassem para um campo de batalha que não tínhamos escolhido. Deixamos que nos isolassem das massas.

Operários

É somente porque eles estão subestimando a militância operária que as forças armadas podem afirmar que "ganharam" a guerra. Um aumento inicial nas mobilizações operárias já está começando. Antes do Córdoba, havia um longo período de aparente estagnação política, com um clima de grande medo e incerteza entre o povo. Mas, uma vez que as mobilizações operárias começaram, a situação modificou-se com uma rapidez externa. Enormes insurreições populares aconteceram da noite para o dia. Isso vai acontecer de novo. O que é preciso agora é a unificação da esquerda revolucionária para poder aproveitar melhor os novos acontecimentos".

A maior parte dos exilados não acredita na possibilidade de uma trégua - e muito menos uma paz duradoura - entre as forças armadas e a esquerda revolucionária. Alberto, um jovem exilado, explicou: "As forças armadas sentem uma profunda raiva de nós, grupos amadores de guerrilheiros idealistas,

dente dentro do mundo capitalista. Mas temos que aprender a sentir o pulso da luta popular e a absorver seu conhecimento quase instintivo, acumulado através de décadas de luta, da qual sai a estratégia certa para um momento histórico dado".

Um líder operário continuou com a análise: "Os Montoneros e o PRT (Partido Revolucionário de los Trabajadores), que recrutaram a maioria de seus membros da classe média, fundamentaram a sua penetração política entre o povo através da luta armada, e não como deveriam ter feito através da luta política. Tinhamos uma tendência "foquista", que resultava em parte de um equívoco na sua análise da revolução cubana. Na sua prática excessivamente militarista, até tiraram companheiros das fábricas para colocá-los na ala militar do movimento. Assim surgiu uma defasagem perigosa entre a luta política e a luta armada, que resultou num isolamento dos guerrilheiros do povo.

A classe operária sempre encarou - e ainda encara - a luta armada realizada pelos grupos revolucionários com grande simpatia. Mas como não foi a sua luta, o resultado de sua resistência política, não participou de forma maciça. A classe trabalhadora tem as suas próprias formas de resistência e no futuro os grupos revolucionários terão que se identificar muito mais com elas.

Desafio ideológico

"Talvez mais que a ameaça militar, é o desafio ideológico que representamos, que enfurece os militares", continuou Alberto. Lembrou algumas afirmações feitas pelo presidente, General Jorge Rafael Videla, numa entrevista à imprensa, no fim do ano passado. "Nós consideramos que é um crime sério agredir o modo de vida cristão e ocidental. Nesse tipo de luta, nós consideramos como agressores não somente os que nos atacam com bombas, balas, e sequestros, mas também os que no plano ideológico tentarem modificar nosso modo de vida".

Muitos dos exilados acreditam que essa profunda animosidade ideológica torna inviável o plano do governo de reduzir a repressão. Margarida, uma militante do PRT, esclareceu: "O governo nunca poderá considerar sua vitória como definitiva, porque está tentando exterminar idéias. E sempre vão surgir novas idéias consideradas subversivas. No seu discurso de março, comemorando o segundo aniversário do golpe, Videla falou do êxito dos militares na sua luta contra a subversão. Mas acrescentou: "A ofensiva tem que continuar até a eliminação das últimas raízes escondidas da subversão". E sempre vai ser o mesmo. Os militares definem "ameaças à segurança nacional" de tal forma que engloba tudo e o Estado está sempre enfrentando perigos e precisando de proteção. Os direitos humanos somente vão ser respeitados de novo na Argentina depois da derrubada do regime militar. E isso só acontecerá como resultado de maciça resistência popular".



Mario Firmenich (Montoneros)



Hector Cámpora (ex-presidente, asilado)



Mario Roberto Santucho (PRT), morto



de Puxaram o tapete de Balaguer

Fernando de La Rosa, representante da Confederação Geral dos Trabalhadores, Du-
nicianos na Europa (do Paris).

Expectativa e tensão dominam a República Dominicana quanto ao anúncio oficial dos resultados das eleições nas quais o governo do ditador Balaguer foi derrotado. Os Estados Unidos estão pressionando para tentar evitar um golpe continuista. Parece que a Social-Democracia, por meio de Antonio Guzman, chegará ao poder em São Domingos. É a nova fórmula de Jimmy Carter: "Dominação legitimada".

Nas eleições gerais, realizadas em 16 de maio na República Dominicana, o cômputo extra-oficial dava uma vantagem de meio milhão de votos à oposição social-democrata. Na madrugada do dia 17, enquanto os centros eleitorais realizavam a apuração geral, as forças da polícia nacional e do Exército ocuparam os centros, proibiram a imprensa de divulgar as apurações e iniciaram uma ofensiva contra a oposição, principalmente contra os candidatos e dirigentes do Partido Revolucionário Dominicano - PRD, vitorioso nas eleições.

O próprio Presidente Balaguer, dois dias depois, afirmava publicamente que não entregaria o governo ao candidato eleito - isto porque Carter anunciou que condicionaria a ajuda americana ao "respeito e honestidade" do processo eleitoral dominicano. Finalmente, a polícia e o Exército devolveram os centros eleitorais aos funcionários oficiais, e se retiraram para os quartéis. A Junta Central Eleitoral continuou a apuração esperando-se, para os próximos dias, a publicação dos resultados finais.

PSR - o novo símbolo da "era Carter"

As eleições gerais sempre estremeram o panorama nacional, graças à repulsa popular despertada pelo governo Balaguer, que há doze anos governa o país apoiado na violência, depois de ter servido o tirano Rafael Trujillo durante 30 anos (inclusive como seu vice-presidente). O poder chegou às suas mãos graças à intervenção militar

dos Estados Unidos na República Dominicana, em 1965 que, em conjunto com tropas da OEA, derrubou o governo progressista de Juan Bosch.

Partido social-democrata filiado à Internacional Socialista, e contando com o apoio das massas, o PRD tem conseguido vencer a repressão desencadeada pelo regime durante toda a campanha eleitoral, suportar fraudes e a chantagem de poderosos interesses econômicos nacionais e estrangeiros. Conta, porém, com o apoio de alguns setores do poder local e norte-americanos, graças a moderação de seu programa frente às multinacionais. Isto porque, de uma política de nacionalização dos grandes trusts estabelecidos no país, o PRD passou a defender, simplesmente, uma revisão dos contratos do Estado com as multinacionais.

As demais forças políticas do país estão polarizadas da seguinte forma: Partido de Libertação Dominicana - PLD, liderado por Juan Bosch, que tem como programa a defesa da soberania nacional e das riquezas do país. Para Bosch, as eleições foram uma farsa, da qual só participou como exercício para a consolidação de seu partido.

O Partido Comunista Dominicano - PDC, legalizado há alguns meses, tem uma política de reformas que se apoia, fundamentalmente, no programa agrário do governo. É uma organização pequena, com pouca força entre operários e camponeses.

A União Patriótica Antiimperialista - UPA, composta por vários

grupos marxistas-leninistas, reconhecida pela Junta Central Eleitoral, decidiu, à última hora, retirar-se das eleições. Apesar de sua penetração popular reduzida, a UPA vem mantendo uma luta antiimperialista similar ao PLD. Existe também uma variedade de pequenos grupos de direita (MIDA, PQD, MSN, PPD, UCN, MCN...) de pouca importância na situação política atual. Por razões diversas, outras organizações de esquerda não participaram das eleições.

A dominação imperialista

A dependência da economia dominicana tem crescido muito, e a dívida externa tem multiplicado. Socórcios como a Gulf & Western, Falcombridge, Rosario Mining, a Nestlé e outras são os responsáveis

pela exploração das riquezas minerais e humanas do país. O capital estrangeiro controla quase todas as atividades econômicas, e a influência americana vem crescendo, igualmente, no plano político, cultural e militar. Setores da pequena e alta burguesia se integraram à dinâmica desta economia capitalista dependente, ao mesmo tempo em que frações destas mesmas classes tem se empobrecido, vítimas de uma política governamental corrupta. A consequência disto foi o surgimento e fortalecimento de partidos pequeno-burgueses, antiimperialista, mas muito frágeis. O capitalismo dependente agrava ainda o contraste entre a maioria explorada e a riqueza de uma minoria.

Nos últimos anos Balaguer tem acompanhado a repressão brutal com demagogia. Propiciou reformas



insignificantes no campo, construiu prédios e avenidas nas cidades. As perseguições, prisões e assassinatos diminuíram, e a campanha eleitoral foi aberta a todos os partidos, numa "abertura" que se insere na política de "respeito aos direitos humanos" de Carter, tendente a por um disfarce à dominação do capital norte-americano.

CGT e a situação atual

A Central Geral dos Trabalhadores-CGT, uma das principais vítimas da repressão governamental, tem incitado o movimento sindical a se unir em torno das reivindicações mínimas e pelas liberdades sindicais e democráticas, em repúdio à falsificação do resultado eleitoral e para que cesse a interferência militar e haja respeito pela decisão do povo, com a proclamação imediata da vitória do PRD e a entrega do governo em 16 de agosto.

Aproveitando esta situação, o PRD realizou enormes mobilizações populares, obtendo, finalmente, mais de um milhão e 350 mil votos, contra 800 mil do partido do governo. Este fato, unido ao agravamento das condições de saúde de Balaguer, podem fazer com que os EUA se decidam por outra saída. E a busca desta saída é o que mantém a tensão e a expectativa no país.

A CGT pretende pressionar, também, ao Partido Republicano Dominicano para que, uma vez no poder, institua um programa de defesa da soberania nacional e de respeito às liberdades sindicais e direitos democráticos. A continuação de uma campanha internacional de pressão contra a ditadura de Balaguer e o governo dos Estados Unidos também são necessárias para que a decisão do povo dominicano seja respeitada.

O sindicalismo internacional

Por Renato Cardoso, de Paris

A Federação Sindical Mundial terminou o seu nono Congresso no final do mês passado. Por que prevaleceu a chamada "linha dura" nas resoluções finais do Congresso? Quais as características da "longa crise" que divide o sindicalismo internacional?

O sindicalismo internacional vem enfrentando uma longa crise. Suas estruturas, que datam do final da segunda guerra mundial, foram profundamente marcadas pela política de blocos internacionais e pela guerra fria. E não tem sido capazes de se adaptar à nova situação internacional, nem de abrir espaço às novas tendências que aparecem no movimento sindical. A CISL - Confederação Internacional dos Sindicatos Livres - e a CMT - Confederação Mundial do Trabalho - foram frontalmente atingidas pela crise, e deixaram quase de existir. Embora com menos força, essas contradições têm se refletindo também na FSM - Federação Sindical Mundial - e tiveram uma nova ilustração em seu IXº congresso, realizado em Praga no final de abril.

Confederações cristaliza essa nova orientação.

A luta pela renovação da FSM

Essa crise tem se refletido também dentro da FSM. Ela opõe de um lado os sindicatos soviéticos e dos demais países do Leste Europeus às centrais sindicais da Europa ocidental. Os sindicalistas franceses, italianos e espanhóis criticam a burocratização da FSM, sua subordinação aos objetivos diplomáticos dos partidos comunistas no poder, a ausência de democracia e de debate e a falta de liberdade e de autonomia sindical nos países do leste europeu.

Essas contradições levaram a CGIL italiana a anandonar a presidência da FSM, posto que detinha desde 1947, e a assumir o estatuto de simples observadora. As Comissões Obreras espanholas preferiram também não se filiar à FSM. Ambas as centrais sindicais consideraram ser impossível transformar a FSM de dentro, e passaram a privilegiar as estruturas sindicais regionais, buscando integrar-se na CES.

A CGT francesa, no entanto, permaneceu lutando dentro da FSM. E depositava muitas esperanças nesse IXº congresso. A renovação da FSM e a abertura de um amplo debate democrático foram a tônica do discurso pronunciado em Praga por Georges Seguy. No entanto, as críticas formuladas pela CGT não foram retomadas pelas demais delegações presentes, e o isolamento parece patente ao encerrar-se o congresso. Mais do que isso, os debates do congresso evidenciaram um endurecimento da posição dos sindicatos soviéticos. Estes pareceram preferir a coesão política da FSM, a uma maior abertura em direção às novas tendências do sindicalismo. Assim o representante dos sindicatos soviéticos, Chibaev, não se mostrou afetado pela renúncia da CGT ao posto de secretário geral da FSM. E afirmou em entrevista à imprensa que uma eventual desligamento da CGT não afetaria a existência e a continuidade da FSM.

A Declaração Universal dos Direitos Sindicais

A subordinação da FSM à política externa dos Partidos Comunistas no poder e a luta pela liberdade e autonomia sindicais foram os principais eixos da ofensiva dos sindicalistas franceses durante o congresso da FSM.

Segundo a CGT, os partidos comunistas no poder veem a FSM como uma simples correia de transmissão para sua política externa. Num momento de crise econômica

e de ofensiva patronal contra as condições de vida e de trabalho do movimento operário em escala internacional, o principal objetivo de ação aprovado pelo congresso da FSM foi a luta contra a bomba de neutrons.

Da mesma maneira, o congresso da FSM não aceitou levar adiante a luta contra os falsos pavilhões marítimos, que não aplicam as convenções internacionais do trabalho. E isso porque a União Soviética também os utiliza para suas atividades comerciais. Outro importante ponto de atrito é constituído pela luta contra as multinacionais. Enquanto estas representam para a classe operária da Europa ocidental (e do conjunto dos países capitalistas) o polo dos exploradores, os interesses de investimentos e de tecnologia dos países socialistas levam-nos a realizar acordos e associações com as multinacionais.

Por iniciativa da CGT, o congresso da FSM acabou aprovando uma Declaração Universal dos Direitos Sindicais. Esta afirma, em seu artigo nº 5 que "os trabalhadores tem o direito de participar, em defesa de seus interesses, de greves, manifestações, piquetes, ocupações de fábricas ou outras formas de luta sindical". No entanto, enquanto os representantes da CGT afirmavam que essa declaração deveria ser válida para todos os países, qual quer que fosse seu regime social, o representante dos sindicatos húngaros (posteriormente eleito presidente da FSM) afirmava que a greve não era uma arma de luta eficaz nos países socialistas, podendo mesmo transformar-se numa forma de luta nociva. A aprovação da Declaração não parece pois indicar uma evolução da FSM nessa questão fundamental. Seu destino será ficar apenas no papel, como ocorreu com outras declarações anteriores. A recente reação da agência TASS a participação das organizações sindicais francesas a uma conferência de imprensa de operários dissidentes da Polónia, Tchecoslováquia, Rumania e URSS, acusando-as de prestarem-se a uma "provação anti-soviética" e a não publicação pela imprensa tcheca da renúncia da CGT à secretária geral da FSM (apesar dos protestos dos sindicalistas franceses parece mostrar que nada mudou, e que nada foi resolvido).

Por isso, muitos observadores consideram que a CGT deveria ter se retirado do Congresso. Sua permanência na FSM, mesmo dando um prazo de um ano para reconsiderar essa posição frente a evolução da FSM, só faz diminuir o alcance das críticas feitas em Praga e enfraquecer a luta pelas liberdades sindicais nos países do leste.

FRANÇA, MAIO DE 1968

Quanto ao poder, não havia alternativa"

E as posições do Partido Comunista Francês no maio de 1968? Aqui está uma entrevista exclusiva com Jean Rony, membro do comitê de redação da France Nouvelle, revista semanal do PCF. Depoimento ao EM TEMPO em Paris.

EM TEMPO - Como é que você vê, dez anos depois, o que aconteceu em maio de 1968?

Jean Rony - Foi sem dúvida alguma o movimento mais importante na história social da França contemporânea. Mas ele não cai do céu. Basta dizer que em 1966 houve o primeiro acordo nacional entre as duas grandes centrais sindicais, a CGT e a CFDT. Mas existem também fatos que não são lembrados com muita frequência. É o caso da industrialização do oeste e do leste da França que ocorreu justamente nos anos que precederam 68. Nessas regiões, o operariado era formado por camponeses recentemente proletarizados. Eles exprimiam sua revolta numa contestação da fábrica em sua totalidade. Isto é, viam a fábrica como uma caserna. O que é muito diferente do operariado francês tradicional, isto é, os trabalhadores que pertencem a famílias que há muitas gerações são operários. Estes tendem a ver a luta contra os patrões mais como uma maneira de arrancar salários ou melhores condições de trabalho do que uma contestação da fábrica em si mesma. Esses novos segmentos da classe nas regiões rurais vinham também com o peso de suas tradições católicas, o que os fazia aderir sobretudo à CFDT.

ET - Mas a CFDT nesse período ainda era uma Confederação católica?

JR - Não, justamente em 1966 a CFDT havia rompido com a Igreja como consequência da radicalização das lutas de classe, o que é aliás, mais um elemento a se ter em conta para entender bem os acontecimentos de maio de 68. O movimento de industrialização dos anos cinquenta e sessenta não só multiplicou o número de conflitos como aumentou de maneira extraordinária o contingente total dos trabalhadores envolvidos.

ET - Mas então, na sua opinião, maio de 68 foi o produto desses novos setores de classe operária?

JR - Não. Na realidade maio de 68 foi a confluência de três tipos de fenômenos: de um importante desenvolvimento das lutas reivindicativas do operariado tradicional que eram em geral quantitativas; do movimento de recusa do universo fabril pela "nova classe operária" que se



maio de 68 - o confronto entre o velho e o novo.

exprimiam na revolta contra a hierarquia, contra os horários etc.; e das lutas estudantis que tinham uma dinâmica própria.

ET - E qual foi o papel do PCF nisso tudo?

JR - Maio de 68 foi também um rompimento das relações habituais entre os partidos políticos, os sindicatos e as massas. O PCF não entendeu, na hora, tudo o que isso representava. Continuou a agir como antes, isto é, sobre a base de uma divisão na qual o partido é o órgão político orientador e o sindicato é o órgão reivindicativo de melhores condições de trabalho. Foi isso que fez com que a CGT, e sobretudo os comunistas ativos no seu interior, ficasse surda às reivindicações de ordem qualitativa como, por exemplo, a autogestão.

ET - Então você acha que o PCF foi ultrapassado pelos acontecimentos?

JR - Não é bem isso. O partido fez uma análise correta quando disse que não havia condições para que a classe operária tomasse o poder. O movimento estudantil não representava nenhuma ameaça séria para o Estado. Aliás este nunca perdeu o controle da situação. A polícia, o exército, e os outros organismos centrais do aparelho de Estado mantiveram-se intactos. Além disso, a esquerda não tinha na época nenhum acordo para poder governar. Eu vejo hoje de maneira bastante crítica a ação do Partido em 68 na sua relação com o movimento sindical e com as massas, mas acho que nessa questão, a do poder político, não existia alternativa.

No número anterior, publicamos a história da ocupação operária de uma fábrica, contada com exclusividade por um dos participantes, e um debate entre três professores que viveram os acontecimentos de 68 em Paris, coordenado pelo Escritório do EM TEMPO em Campinas.

O EVANGELHO SEGUNDO ZEBEDEU
DE CESAR VEIIRA
PREMIO ANCHIETA 77
Direção - Laura Regina
Músicas - Vitor Bortoluci Jr.
Sábados: 21 horas
Domingos: 20 horas
Círculo dos Bancários
Av. Voluntários da Pátria, nº 547
Próximo da estação Tietê do Metrô
Santana
FESB
Teatro do Sindicato dos Bancários

A máquina invade o terreiro

O candomblé está hoje profundamente permeado pelos mecanismos da sociedade capitalista. Sua continuidade passa por uma "solução de compromisso" com as classes dominantes, desde os tempos da escravidão.

"MÃE MENININHA DO GANTOIS ACONSELHA: MEU FILHO, DÊ UMA OLIVETTI PORTÁTIL PARA A SUA MÃE. ELA VAI SE SENTIR UMA VERDADEIRA MÃE DE SANTO".

Esse anúncio, publicado na revista "Isto É", de número 72 e depois em todos os grandes jornais brasileiros, acompanhado de uma foto de Mãe Menininha sorridente e com uma máquina Olivetti no colo foi o suficiente para provocar um escândalo na Bahia, que atingiu as páginas dos veículos da grande imprensa de todo o país. Não que o povo, com o qual Menininha tem sólidos vínculos, tenha se levantado contra o anúncio. A primeira reação, curiosamente, numa atitude inusitada mas inteligente, veio da DM-9, uma agência de publicidade baiana campeã nacional do ano passado.

Num anúncio de página inteira publicado em todos os jornais baianos, a DM-9 esparramou a "sua ira e revolta". Temática: defender os valores regionais. Em cima da página, fundo preto, letras garrafais, o protesto:

"O ANÚNCIO ABAIXO É UM ABSURDO. ISSO NÃO SE FAZ COM AS CRENÇAS DO NOSSO POVO."

E o restante, um texto longo e bem feito, é uma catilinária contra a atitude da DPZ, a agência que produziu o outro anúncio. O arremate: "Para alguém se tornar 'Mãe de Santo'", passa por um ritual secreto muito longo e muito sério, e o uso disto como piada, não é linguagem brasileira. É sim um gravíssimo desrespeito à cultura e a todo o povo da Bahia". Grave e bonito. Mas soa como Satanás fazendo penitência em tempo de Quaresma. Afinal, a própria DM-9 ganhou, no ano passado, o prêmio de melhor filme institucional do ano botando Menininha para fazer um comercial para o Governo do Estado, desejando um ano novo feliz para o povo baiano.

Para quem observa de longe, parece até que a utilização do culto afro-brasileiro pelos diversos mecanismos do mercado capitalista constitui uma novidade, uma profunda agressão aos autênticos valores religiosos do candomblé. Para quem está de perto, excluídas as reações mais sérias (que existem), tais manifestações de "ira e revolta" soam mais como uma maneira de também pegar o seu quinhão da "mercadoria" publicitária.

Fechar os olhos não resolve
No decorrer do escândalo, Mãe Menininha soltou uma nota oficial desmentindo formalmente que tenha se prestado a fazer propaganda para a agência de publicidade, como jurou de pés juntos o relações públicas da Olivetti, Fraterno Vieira, que rapidamente se deslocou de

São Paulo para Salvador para desfazer a péssima imagem deixada. Ele afirma que a mãe de santo sabia de tudo. Esta, contudo, contratou um advogado, Antonio Luiz Calmon Teixeira, para defendê-la e exigir imediatamente a sustação da campanha publicitária. Quem está com a verdade? Difícil responder.

Mãe Menininha, de nome de batismo Maria Escolástica da Conceição Nazaré, é hoje uma pessoa muito velha, estando há quase 60 anos à frente da Sociedade São Jorge do Gantois, o Ilê Iya Omin Axé Iyamassê.

Segundo pessoas que a conhecem mais de perto, está muito doente e com pouquíssima capacidade de raciocínio. Dessa forma, jogar a culpa sobre ela parece no mínimo uma atitude precipitada e que não traz muita luz sobre o problema. Seus assessores mais diretos devem ter a creditado que não ocorreria nenhuma dessas reações e resolveram abocanhar os Cr\$ 30 mil que a agência pagou - importância confirmada por sua filha, Cleusa Nazaré - na realidade, quem hoje responde pelos negócios do terreiro. Agora são obrigados a bater em retirada.

Que Menininha seja uma pessoa muito querida na Bahia, não há dúvida.

Suas raízes estão fincadas junto a população mais pobre a ponto de, quando do anúncio feito para o Governo do Estado pela televisão, muita gente ter se ajoelhado frente ao vídeo. Mas, ela e muitos mais da religião brasileira de origem africana já foram suficientemente profanados para que se possa falar numa religião à margem da "sociedade global". Mais do que nunca, o candomblé hoje está profundamente permeado, penetrado pelo mundo da mercadoria, pelos mecanismos da sociedade capitalista. Fecha os olhos a isso, quem quer, e Mas, abertos, é impossível não ver.

Talvez, na sucessão de entrevistas e declarações, tenha sido Guilherme de Souza Castro, diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, quem tenha chegado mais perto do problema. Em sua opinião, numa sociedade onde o lucro se sobrepõe a todas as coisas, não há por que estranhar a utilização de Mãe Menininha como uma mercadoria publicitária. A publicidade, instrumento do lucro, sempre invadiu os aspectos mais respeitáveis da cultura humana, declarou Souza Castro sem esquecer que possa ter havido conivência dos assessores da Ilorixá, "que apenas a vantagem material imediata da utilização de sua figura de líder religiosa".

As Transas com o Poder
Hoje é impossível ignorar as transas do candomblé com o poder. Se é certo que alguns intelectuais acreditam que suas relações com os poderosos são uma maneira de assegurar a manutenção do culto, a realidade é que ninguém as desconhece mais. E talvez seja necessário lembrar que a continuidade do candomblé de fato, passa por uma espécie de "solução de compromisso" com as classes dominantes, desde os tempos da escravidão, quando de uma estranha mistura de catolicismo e religião africana concretizou-se. O próprio terreiro de Menininha não dispensa as imagens de São Jorge ou mesmo de São Sebastião. Dessa forma é difícil, como querem alguns estudiosos, buscar no candomblé uma espécie de quilombo religioso moderno.

Talvez tenham sido alguns aspectos que agrediam as ideologias dominantes, que provocaram resistências dos poderosos locais. Houve tempo em que o pau comia entre candomblé e polícia, mas não demorou muito para que as elites percebessem a burrice que estavam cometendo e passassem a procurar no candomblé um aliado. Encontraram. A paz chegou há algum tempo e há muito que a polícia não incomoda o culto. Após 1976, a religião deixou de estar submetida à vigilância policial, ficando apenas sob a tutela de uma estranha e mal aceita "Federação de Cultos Afro-Brasileiros" que alguns pais e mães de santo consideram pior do que a polícia por querer impor uma espécie de código de comportamento, impossível no quadro de uma religião tão diversificada.

Uma das últimas transas do candomblé com o poder foi o de topar a parada da aproximação dos intelectuais de seus terreiros. Choveram "ogans", pessoas que são consideradas "amigas da Casa", na definição de Cleusa Nazaré, filha de Menininha, procedimento que, de um lado atende a representantes da pequena-burguesia e (até da burguesia) em busca de um status novo e curioso e, de outro, assegura ao candomblé, de alguma forma, um trânsito muito mais fácil junto às elites dominantes, sendo, durante largo tempo, uma espécie de "escudo" contra eventuais acessos obscurantistas dos donos do poder. Entre outros, vamos encontrar nessa condição o escritor Jorge Amado, o empresário Luiz Pereira de Araújo (que, numa boa jogada, chama a sua empresa de "a construtora dos orixás" e que dá nome de orixá a todo edifício que constrói) e Jheová de Carvalho (jornalista).

Mais recentemente, num movimento que antes, menos ostensivo, já existia, o poder político voltou-se para o candomblé, consciente dos dividendos políticos que ele pode render, sobretudo na Bahia, onde, na verdade, constitui-se na religião predominante em termos de penetração popular. O Aristocrático governador Roberto Santos, homem de hábitos reconhecidamente pouco populares e pouco afeito ao contato direto com o povo, talvez sabendo de sua deficiência, largou as mãos da Igreja Católica e jogou-se nos braços de Menininha, a quem frequentemente vai pedir a benção, fato que já chegou a merecer críticas do cardeal Avelar Brandão Vilela durante uma entrevista coletiva. Atualmente, não são poucos os poli-

O ANÚNCIO ABAIXO É UM ABSURDO. ISSO NÃO SE FAZ COM AS CRENÇAS DO NOSSO POVO.

De repente a DM-9 parou. Se encheu de ira e de revolta. A notícia explodiu como uma bomba. Desrespeitaram uma coisa muito importante. Uma coisa que nós defendemos com unhas e dentes. Uma coisa que é propriedade exclusiva do sofrido povo deste país: suas crenças, sua cultura. Abusaram de sua boa fé e nós não podemos ficar calados. Desculpe a grande agência paulista que fez este anúncio, e pela qual temos o mais profundo respeito. Desculpe o cliente. Mas é tempo de acabar com isso. Não podemos ficar calados quando, há apenas 30 dias, nós publicitamos de todo o país, aprovamos um código de ética que falava em respeito a pessoa humana, respeito a cultura popular e tantas outras coisas tão necessárias. E de repente, atônitos, folheamos a revista "Isto É", com data de capa do dia 10 de maio, e na sua página 71 lá estava Mãe Menininha. Ligamos o rádio, e lá estava ela de novo, essa que é uma das últimas legítimas representantes da cultura afro-brasileira, um verdadeiro mito religioso para milhares e milhares de pessoas, sendo usada, no mais pejorativo sentido da palavra, para vender máquinas que ela nem ao menos sabe ao certo como funcionam. A propaganda tem o dever de respeitar a cultura brasileira.

Mãe Menininha do Gantois aconselha: meu filho, dê uma Olivetti portátil para a sua mãe.

Ela vai se sentir uma verdadeira mãe de santo.

Seguir o conselho da Mãe do Brasil (Mãe Menininha do Gantois) não dá nenhuma tristeza. Basta você escolher um dos 5 modelos de portáteis Olivetti: Letras 32 e 35, 35x40, 45 e 48 ou Cora. Dia 14 de uma Olivetti portátil para a sua mãe, meu filho.

NOSSAS DESCULPAS AOS COLEGAS DE SÃO PAULO QUE FIZERAM ESTE ANÚNCIO, MAS COM COISA SÉRIA NÃO SE BRINCA. DM-9 PROPAGANDA

ticos que buscam as graças do candomblé, menos as espirituais, é claro, e mais as políticas, estas muito mais rendosas e seguras que as primeiras. E esse pacto vem se firmando exatamente com as mais conhecidas raposas do Estado, todas elas absolutamente descomprometidas com os interesses populares.

Até o governador Roberto Santos resolveu se aproximar do candomblé, o que desgostou o arcebispo de Salvador, D. Avelar Brandão".

sentido, ao menos nos termos em que foi feito. Está em marcha, há muito, um processo inexorável de penetração dos valores dominantes no candomblé e tentar, agora, de um modo farisaico, bradar como se isso fosse uma novidade, é tapan o sol com a peneira. Por mais protestos que se façam, o máximo que se conseguirá, nos limites da sociedade capitalista é uma utilização "mais ordenada", a exemplo do que está pregando a DM-9, mas nunca

vai se deixar de utilizar a imagem tão rica, ainda cheia de mistério, de fortes componentes místicos que o candomblé apresenta. Aliás, a defesa da preservação e de uma utilização "não-profana" é uma maneira de assegurar que a "mercadoria" tenha um tempo útil de vida bem maior do que se houver uma prática "predatória".

Emiliano José - Salvador)

Os "amigos da casa" do terreiro de Mãe Menininha são muitos. Representantes da pequena-burguesia e até da burguesia em busca de um status novo.



Jeca e seu Filho Preto é um filme muito cretino e muito habilidoso. É cretino porque se baseia no esvaziamento de uma das questões mais graves deste país de passado escravocrata: nosso racismo disfarçado. É habilidoso porque realiza esse esvaziamento de forma convincente, baseando-se em elementos que, sem dúvida, compõem o passado histórico imediato do caipira/camponês do centro do país. São Paulo, Rio, Minas.

O enredo é simples: Antenor, filho do Jeca, é preto. Tem um irmão gêmeo, branco. O Jeca, desconfia que a mulher o "traiu". Antenor enamora-se da filha do fazendeiro todo-poderoso da região, coronel Cheiroso. A oposição do pai ataca a rebeldia da filha. O casamento, afinal, vai se realizar sob a proteção do compadre de Cheiroso, coronel Pacheco, que é um fazendeiro "bom".

Tudo isso se dá entre ameaças de Cheiroso contra Antenor e a família do Jeca; neste caminho, o fazendeiro chega às últimas prerrogativas de seu poder, expulsando o Jeca de suas terras. Quando o casamento se torna inevitável, e está se realizando, Cheiroso invade a casa de Pacheco e o mata, para interromper a cerimônia. Foragido no mato, é "possuído" pelo espírito de Pacheco, que o força a voltar à cidade e se entregar pacificamente. O caso vai a julgamento, e tudo "se esclarece".

Antenor, na verdade, era filho bastardo de Cheiroso, e não do Jeca; filho gerado pelo estupro da mulher de um seu ex-compadre preto. Antenor e a noiva eram, na verdade, irmãos. No final, todos encontram seu destino: Cheiroso vai para a cadeia, condenado a oito anos; Pacheco deve ir para o céu; e a frase do Jeca abençoa todo o esquema: "agora não sai mais casamento, pois é pecado". Éta racismo bem disfarçado, este.

Se atentarmos bem para o enredo, notaremos que a história está cheia de elementos "reais": a violência do fazendeiro contra o camponês, o patriarcalismo como sistema familiar e político, a tendência para a romantização do incesto como característica do "fechamento" da família patriarcal. A troca de motivos no final, racismo por estupro no passado, não refresca muito neste sentido: permanece o horizonte de dominação social embutido no filme.

O que cretiniza a solução final é o fato de que o conjunto do filme se baseia numa moralidade extremamente convencional, corporificada nas cenas "líricas" da paixão entre os dois jovens, coisas cheias de cascatas, de águas correntes, de beijos sugeridos mas nunca trocados, de mão-na-mão, mão-no-rostro, do casamento realizado entre véus, grinaldas, música solene, etc. Esse moralismo contamina tudo: dá um ar, para a atitude de Cheiroso, de "pai-em-defesa-da-filha", de "apesar de tudo ele era bom", e que defende empedernidamente, sob a capa de uma pseudo-liberalização, as relações mais retrógradas a nível da estrutura interna da família. Podemos sair do cinema pensando:

"puxa, este mundo está mesmo virado; e racismo, é violência, é tiro pra todo lado; mas ainda bem que há a família, esta verdadeira célula-mãe da sociedade, que faz com que mesmo nos maus haja algo de bom". Éta conservadorismo bem urdido este.

O horizonte do conservadorismo inerente não apenas a este - mas a todos os filmes de Mazzaropi - está no papel social que estes mesmos filmes se atribuem. Durante décadas, Mazzaropi vem organizando, em seu personagem o "caipira brasileiro" - e na sua companhia, a PAM Filmes - o empresariamento do nosso atraso. A PAM Filmes é uma empresa sólida, de produção regular e que, com o Jeca, tem seu sucesso garantido, sem, ao mesmo tempo, colocar em risco a dominação do mercado cinematográfico pelos pacotes de filmes importados. Em suma, a PAM Filmes e o Jeca tornaram-se modelos para o cinema de um país concebido como atrasado, dependente, de capitalismo não plenamente desenvolvido. São formas de sobrevivência do espírito da chauchada dos anos 40/50. Ao fazer o permanente elogio do atraso, sob a formas de "pureza" de seu personagem, dele não ser "contaminado"

pelos "vícios" da civilização urbana, Mazzaropi condenou o Jeca a este conservadorismo empedernido, moralista e politicamente inócuo enquanto possibilidade de formulação de qualquer alternativa para o drama presente das classes subalternas no Brasil. Tudo o que o Jeca pode dizer, no fim do seu filme é um abúlico "A vida é assim, uns ri, outros chora" - as palavras não são exatamente estas, mas o sentido é.

O país mudou, o Jeca não.

Entretanto, o horizonte real dos filmes de Mazzaropi moveu-se. Aquela imagem de um país economicamente atrasado, dependente, de capitalismo em fase de "construção", já não descreve adequadamente a realidade. Por aqui o capitalismo, se não está pronto, já anda em fase de reboco e acabamento. A face do país mudou muito, nos últimos anos. O tamanho e o papel das cidades, da população urbana, das classes médias, sofreram acréscimos quantitativos enormes. Os reclamos políticos e culturais do país assim "inchado" são muito diferentes dos de quinze ou vinte anos atrás, quando então se definiam os padrões de personagens e de valores

que agora compõem o universo do Jeca.

O filme faz um esforço enorme para se adequar a estes "novos tempos". Lá estão diversos ingredientes da "modernidade": o tratamento, ainda que de esguelha, da questão racial (vejam-se os inúmeros jornais negros que saem pelo país); o tema do poder social transformado em prepotência sexual; o desafio e os modismos da "juventude". O resultado desse esforço de modernização é grotesco: tudo a que o filme consegue chegar é o complemento popular de um "despotismo esclarecido", ou seja, uma espécie de "tolerância obscurantista" - uma tolerância onde pode caber de tudo, porque nenhuma questão social levantada chega à sua raiz. Cabe tudo aí: jovens, negros, Jecas, fazendeiros, mulheres, os próprios capangas do fazendeiro "mau", que, afinal, são apresentados como seus "inocentes úteis".

Onde está o "despotismo esclarecido" que o filme implicitamente pede e recomenda por trás da sua "tolerância obscurantista"? Está, por exemplo, na figura do coronel Pacheco, o "bom fazendeiro". Está nas imagens do final do filme, quando do julgamento de Cheiroso,

em que a Justiça, por ser diversas vezes enfocada na sua imagem tradicional da mulher cega e de balança, transforma-se numa imagem hierática e nobre do próprio Estado. Está no comportamento dos três protagonistas do julgamento (além do réu) - juiz, promotor, advogado - que, numa linguagem arresvada, retórica, feita para impressionar a plateia dos domingos interiores, expõem a "torpeza" do preconceito racial, a sua "ausência" no brasileiro, e administram a "justiça".

Baseando-se na sua própria simplicidade (e simploriedade) moral, o personagem Jeca pode ainda ir muito longe. Mas devido apenas ao fato de que essa pouca complexidade, enquanto personagem, lhe garante uma elasticidade enorme: ele pode atravessar as mais diferentes situações sem alterar um pinga da sua personalidade, ou das características da sua comichidade, que oscila entre o picante e o ingênuo, a grossura e a cafonice. Esse processo de "esticar" o Jeca, de perseguir os "novos tempos", já começou - na medida em que ele perdeu o seu universo "natural": o país "atrasado" que culturalmente vendia o seu próprio atraso.

Hoje a Embrafilme luta por transformar o cinema nacional numa indústria de fato, rentável e acomodada, além de acomodática. O espaço relativo para o Jeca ainda será resguardado por essa produção "rentável e acomodática" ter por alvo principal o universo aquisitivo da classe média motorizada dos grandes centros urbanos. Mas o sucesso, junto a classes abaixo da classe média, de filmes como Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia, (exemplo de filme rentável e nada "acomodatício") serve como aviso de que, para o Jeca, a contagem regressiva já começou. Pode durar muito tempo, mas não será mais ele que dará o tom, como já deu, da produção cinematográfica voltada para públicos situados abaixo da classe média afluente e influente. (Flávio Aguiar).

Veja o Jeca antes que acabe



FOTOS NIELS ANDREAS

Uma dama para todos

Uisque, jeans e filmes - Poucos fatos torturaram tanto a "consciência nacional" (de certos segmentos da população) do que nossa notória incapacidade, até passado recente, de produzir bens de consumo em nível de sofisticação internacional. Uisque, jeans e filmes são três exemplos gloriosos do qual se extraíam cópias nacionais "mal feitas" e inacabadas. Reconhecida, a impossibilidade, era melhor (no caso do cinema) partir para a paródia - como fez a Atlântida - antes de procurar a reprise fiel do modelo, caminho certo para o fracasso que a Vera Cruz ilustra até hoje.

Hoje, os fatos desmentem as previsões mais sombrias. Graças à nossa imensa capacidade adaptativa, o produto brasileiro está colocado em pé de igualdade com os concorrentes no mercado externo. "Nosso" uisque confunde até mesmo os escoceses e por tabela é bebido no Brasil sem constrangimentos. Os jeans são até exportados (este é o melhor critério de avaliação do sucesso das confecções brasileiras: "aprovação na Alemanha") e o filme nacional arrebanha públicos até então refratários à menor menção de sua perianência numa sala de exibição. No cinema, o sucesso de bilheteria é relativamente recente, embora não deixe de apresentar perspectivas extremamente favoráveis. Os cineastas pararam, para alívio geral da nação (leia-se "nação", neste caso, como aqueles grupos de se consideram representativos de uma opinião nacional), de fazer filmes sobre miséria, gente feia e mal-nutrida - exceção feita a alguns curta-metragistas "renitentes". A superação do complexo de inferioridade brasileiro não se deu através do caminho árduo de propor uma resposta pertinente às nossas

condições. Pelo contrário, o caminho do sucesso aponta para a assimilação de formas consagradas e hoje já é possível ver um filme nacional, tomar um uisque produzido aqui e vestir uma confecção brasileira. Joãozinho Trinta, da beija Flor de Nilópolis, gurá da comunicação de massa, deve estar certo: quem gosta de pobreza é intelectual. Vamos então partir para o agradável.

"A Dama do Lotação" dirigido por Neville de Almeida ("Jardim de Guerra", censurado) se encaixa suavemente neste universo proposto, no padrão de boa qualidade em voga. Lançamento coast-to-coast (perdão: do Oiapoque ao Chui), gente conhecida no elenco e no argumento, além da temática que pega pelo pé naquilo que há de mais "arejado" no momento atual ou seja, o tratamento de contradições e conflitos humanos abordando a sexualidade como tema central. Tudo isso sem permitir que o público identifique, no filme, qualquer elemento de sua problemática real, qualquer indicio de suas próprias condições.

Esses ingredientes que compõem o bom comportamento atual do cinema brasileiro já haviam sido testados anteriormente em outras produções. ("Dona Flor" por exemplo). E quais são os tais ingredientes? Fácil: produção sofisticada e promoção complexa envolvendo os mais diversos meios de comunicação de massa. Resultado: o preço do produto é praticamente inacessível ao comum dos produtores menores, só restando as grandes empresas ou a mãe-grande Embrafilme, como possíveis financiadoras. Com tanto investimento, é bom cuidar do retorno e este só pode ser garantido a partir de uma relação diretamente

proporcional à amplitude do público alcançado. Filmes médios para públicos médios. Tudo estatisticamente seguro.

A fórmula de "Dama do Lotação" é correta pois utiliza mulher traído marido como se este fosse o ponto chave das relações humanas. (Traição em outro nível não conta. Traição política por exemplo.)

Nelson, o perverso. Sônia, a gostosa.

Nelson Rodrigues é sobejamente conhecido e, infelizmente muito mais por suas crônicas diárias, manancial inesgotável de frases espirituosas do que pelas suas peças da primeira fase. Ele mesmo se auto define reacionário (será por isso mesmo um autêntico?) anticlerical e antipsicanalíse. Para ele o sexo está irremediavelmente ligado à culpa, numa linha direta a partir de São Tomas de Aquino e sua Suma Teológica. Para São Tomas, o sexo, mesmo com o beneplácito do matrimônio era pecado - o que resultou num sabor renovado. Se não dá mais para falar em pecado (coisa definitivamente sepultada com o advento da psicologia no sec. XX e suas noções de culpa, impulsos, etc.), a solução é fornecer uma roupagem de patologia à mesma problemática. Roupagem em corpo vivo.

Partindo dessa base reacionária, superada e mistificadora, onde tudo que se relaciona com a vida sexual é perpassado pela perversão, nada como um fato mais corriqueiro do que se imagina (a mulher "fria", que se sente violada pelo marido) para constituir o centro da ação dramática. Até ai tudo bem - mas o filme, no caso, opta pela exposição do fato como algo que se encerra

simplesmente numa "forma desviante da conduta sexual" que não transcende, (como ocorre na realidade) à mera questão da realização sexual do envolvido. A não transcendência do nível individual do problema e a exposição leviana são justamente características que fazem da pronochanchada o saco de pancadas, bode expiatório de todas as mazelas que assolam o país.

Voltamos à comparação. Nesse caminho, "A DAMA..." e esses filmes se situam num mesmo platô. Qual a diferença então? Apenas o tratamento elegante (uma elegância "grosseira sem dúvida") dos ambientes, vestuário, penteados e da escolha dos intérpretes. Ironia por ironia pronochanchada também faz uso dela: talvez falte apenas o uso de uma certa dose de sofisticação! A nudez queimadinha de Angra dos Reis de Sonia Braga versus nudez celulitosa das atrizes "pornô". A pronochanchada busca a adesão positiva do espectador para aquele depositário de suas demandas inconscientes - é o personagem forte, bonito, "comedor", etc., e a "DAMA..." lança mão do mesmo recurso apenas jogando o seu negativo. Ninguém quer ser o Carlinhos (Nulo Leal Maia) por exemplo. "Corno manso!" gritam alguns espectadores. Aliás, nos cinemas populares as pessoas gritam mesmo, enquanto a mesma opinião é sussurrada nos cines elegantes. Solange não supera a imagem de objeto de uso cotidiano ("comigo ela se daria bem"). O que diferencia "A Dama do Lotação" de filmes menos considerados é a falta do elemento que aproxima o espectador do personagem. Fico com a pronochanchada, sem dúvida. É menos pretenciosa, não usa tanta maquiagem e é enfim, mais honesta.

A violação sofrida por Solange seria o centro da trama e a partir do qual o resto se justifica. E daí? Isso não tem a mínima importância se o prioritário antevisto é o cuidado com a embalagem em detrimento da articulação dos fatos. O filme foi ajustado à necessidade de alcançar os mais vastos contingentes de público e para tal empreitada contribuiu a convivência de Neville até agora acusado (várias vezes na coluna do Telmo Martino) de diretor sem filme, e sem público. A continuar nessa condição ele preferiu conquistar todo o público de seus filmes anteriores numa única vez só.

Voltando à "DAMA..." percebe-se claramente alguns toques de ironia distribuídos durante o filme (ironia aqui já é cinismo) substanciadas inclusive em "cenas caricatas" enxertadas sem maior significado entre outras. A ambientação se encarrega de dizer pelos personagens, embora a definição temporal seja frouxa. Se os carros são novos, a casa é moderna, pode-se dizer que os fatos tendo ocorrido em décadas anteriores ou em outros setores sociais não modificariam em nada a nossa percepção do "drama de Solange".

Resta ao filme ser um inventário, até certo ponto rigoroso da morbidez de Nelson Rodrigues. Temos homossexualidade feminina, masturbação, necrofilia, frigidez, violação exibicionista, incesto, formas variadas de perversão, etc... As transas sexuais de Solange não se dão em momento algum (corrijo: consideramos motel como local convencional) segundo situações "normais". Com Assunção (Pereiro), amigo de Carlinhos (motel), com o personagem de Valdyr Onofre (anônimo da favela) com Ney Sant'An-

zia (continuo, no matinho) Roberto Boufim (motorista de ônibus, na cachoeira) com o sogro (num motel e montando nele) e a lista segue com situações no cemitério, na praia (Paulo Vilaça), etc. Para que a sequência de exercícios se comple, tasse só falta mesmo uma cena de avião. No limite, o filme concluiria que pé de chinelo não tem criatividade para prevaricar, enquanto que na classe média isso abunda - afinal, Solange é sempre a "cabeça", que lidera os homens para as situações esdrúxulas onde procura superar "seu problema".

O resultado é decepcionante. Nos cinemas populares a decepção completa pelo final inexplicável, enquanto nas salas mais elegantes o público cobra mais em termos de erotismo que não ultrapassa o convencional permitido aqui. O que segura a barra então? É, sem dúvida a perspectiva de ver Sonia Braga sem roupa em evoluções algo inéditas no cinema brasileiro e a preço mais acessível que qualquer das revistas masculinas consideradas sofisticadas. É só fazer as contas. Status e Homem saem por 25 ou 30 cruzeiros nas bancas. No cinema - fotografia em movimento! - ela pinta, durante 1 hora e meia, por Cr\$ 10,00 ou no máximo 20,00.

Fica um consolo. A Globo não está mais isolada na sua rede nacional. Frente à nova perspectiva de lançamentos nacionais em todo o país, simultaneamente, o cinema adere a uma situação que pode levar certos atores consagrados a todos os pontos do país. Sonia Braga na tela e na TV. Um padrão-mulher - Global de qualidade para todo brasileiro desejar de longe e/ou sublimar continuamente seus desejos.

“As livrarias possíveis estão aí pedindo água”

“Ao EM TEMPO!

Os livreiros de todo o país reuniram-se e criaram sua Associação Nacional. São mais de 100 livreiros, já associados, dos mais diferentes cantos do Brasil. Habitados que andamos todos ao que costumamos chamar “as livrarias possíveis”, ou “as livrarias que nos deixam fazer”, desacomodados, depois de todos estes anos de pasmaceira e de não-questionamento às pessoas em geral, costumam entender o que é que esta associação deseja fazer, especialmente em função das muitas distorções que todos alimentam em relação à livraria e livreiros.

Para a grande maioria das pessoas, livraria é um lugar onde se vendem caríssimos livros que: (primeira hipótese) são tão indispensáveis a todos que deveriam ser dados de presente; ou (segunda hipótese) são tão dispensáveis que nem precisariam existir. Estas pessoas mal informadas, e quase cegas e mudas, compõem o tão comentado “público jovem” das “livrarias possíveis” (...)

Pedindo água

Se você abrir o jornal de hoje e olhar em geral, vai ser fácil ver que todos reclamam: tirando talvez o time da “ilha de paz e tranquilidade no oceano da violência que é mundo (tá todo mundo aí), todos os brasileiros têm o que dizer, reclamar, protestar: empresários, mães de família, estudantes, moços e velhos, homens, mulheres, crianças, patrões e empregados. Se você considera que são também os “jornais possíveis”, tão fácil de ver que ainda tem muito mais pra protestar do que o protesto que já protestamos.

E as livrarias? Com o pé em cada barco e os dois barcos sem timoneiro (ou, talvez, com excessos de timoneiros querendo mandar), as livrarias estão pedindo água. E estão pedindo água porque os limites da “livraria possível” ou da “livraria que nos deixam fazer” estão ficando cada dia mais restritos, mais curtos. Razões existem de 2 lados: de um lado (o de dentro) há

do Brasil, estão ficando espantosamente iguais, previsíveis, chatas e sem surpresas (...). Do outro lado (o de fora?), o das relações comerciais dentro das quais a livraria também vive, existe todo um conjunto de coisas que aí estão à espera de um bom repórter, à espera de um bom jornal que as denuncie e exponha. Quem é que sabe, por exemplo, as “editoras” de livros didáticos no Brasil, as editoras que fazem as “cartilhas dos cidadãos de amanhã” e dos programas governamentais que as distribuem para as “criançinhas do Brasil”, do Oiapoque ao Chui? Quem é que sabe, mesmo, como funcionam os esquemas de co-edição do governo com as “editoras” (atenção! Há exceções, claro!) Quem é que sabe o que significa o desconto que as livrarias, por exemplo da Universidade de São Paulo, dão aos estudantes? Quem é que sabe o suficiente sobre isto para descobrir que, do Estado (mesmo deste que temos tido ultimamente, ora!) é preciso exigir livro de graça, é preciso exigir livros nas bibliotecas e nas praças e nas ruas e que não tem cabimento comprar livros do Estado, ainda que com certo desconto? Que é importante não se conformar com nenhum desconto? Quem é que sabe que uso é feito do dinheiro que os estudantes pagam pelos livros? Ah! Sera que os jornais são assim tão “possíveis” que não possam ir levantar estas máscaras?

A Associação Nacional de Livrarias se está constituindo pra começar a tentar colocar algumas dessas coisas em seus devidos lugares, pra dar voz aos livreiros, pra começar a abrir a discussão nacional sobre estes temas que são questões de todos. Quem é que, neste país e nestes tempos, não tem nada a ver com a venda corrupta de edições corruptas a professoras e escolas corruptas? Quem é que, neste país, não tem nada a ver com o fato de que existe, no Brasil, uma livraria para cada 100 mil habitantes? E que este número está diminuindo a cada ano?”

Caia de Campos Cezar - São Paulo (SP)

Chagas x Exu

Prezados:

Venho, na qualidade de leitor e assinante deste conceituado semanário, protestar contra o título da matéria publicada no nº 11 - “Um Exu no MDB...” Acho, de péssimo gosto e, além do mais, falta de consideração para com os adeptos de cultos afrobra-

sileiros a utilização do nome da entidade supra-referida.

Ainda mais grave foi o fato de comparar a entidade a um indivíduo (Chagas Freitas-NR) que desonra o nosso Estado devido ao seu oportunismo e falta de caráter. Atenciosamente!

Alfredo R. de Almeida Filho - Santa Cruz (RJ)

Em Tempo: mais uma vez a questão do público.

“Ao EM TEMPO:

O Eduardo Fernandes mandou uma carta a EM TEMPO dizendo, entre outras coisas, que a assembléia geral decidiu dirigir o jornal para o seguinte público: “público de oposição ampla e diferenciada, com prioridade para as parcelas mobilizadas da classe trabalhadora”. Mais adiante, conclui que o jornal continua falando para “um público restrito, para algumas camadas da pequena burguesia intelectualizada”.

Concordo inteiramente. Só quero reparar que, no entanto, esse público de pequena burguesia intelectualizada é o público que o jornal tem, que o jornal conseguiu, seu público real e não seu público idealizado.

Além disso, é preciso lembrar que não há (ainda) uma integração real, efetiva e em quantidade minimamente considerável, entre os trabalhadores e os intelectuais que procuram mudanças a partir dos interesses dos trabalhadores. Talvez não haja no mundo diáspora mais completa entre trabalhadores e intelectuais do que no Brasil. Como exigir então que os colaboradores e redatores do jornal apareçam, de repente, totalmente despidos de suas visões de classe ao fazerem o jornal? Por mais que se diferencie ideologicamente de sua classe, o intelectual burguês só se integra aos trabalhadores quando sua vida se integra na prática política deles, e não apenas quando pretende incorporar um discurso político proletário.

Tragédia atual

Se 64 cortou o populismo pelo pescoço, cabeça para um lado, massa para outro, 68 aprofundou essa separação. A tragédia de hoje é verificar que há dois movimentos - o das chamadas oposições (intelectuais, liberais, estudantes etc) e o renascente movimento operário - distintos e desvinculados. Deve-se pensar se essa vinculação não é a mais importante tarefa a promover imediatamente, talvez devendo ser aprofundada, no curso de todo o processo de luta por mudanças.

Decerto não é preciso, também, esperar liberdade de organização partidária para ir integrando num projeto jornalístico os setores mais consequentes dos dois movimentos mencionados. Pelo contrário, de uma integração num projeto jornalístico pode até surgir um partido ou organização mais consequente, efetivando a integração.

No momento em que o movimento operário começa a conhecer a própria força da classe, através da greve, abre-se concretamente a possibilidade para cumprir o que a assembléia-geral de EM TEMPO programou quanto ao público. Apenas algumas questões:

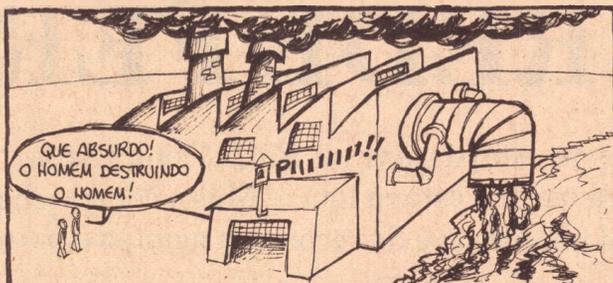
1) Por que a Editora Aparte não estuda a possibilidade de cadernos especiais para o movimento operário, ao invés de sujeitar esses novos leitores a um jornal que nasceu sem eles?

2) Evidente que, para que os cadernos especiais (ou um outro jornal diferenciado) surjam com discurso e vivência operárias, é necessário que o Conselho Editorial tenha participação de representantes do movimento operário - não apenas simbólica. Os jornalistas cumpriram, então, realmente, sua função de auxiliares do movimento operário. O movimento operário tem hoje representantes em condições de compor um Conselho Editorial ou qualquer núcleo central de um jornal ou qualquer outro meio de informação e debate?

3) Evidente que, em caso positivo, seria preciso que o preço e a sustentação do jornal (ou fosse qual fosse o veículo ou veículos) teriam que ser outros, e sua distribuição também teria que ser autônoma em relação ao mercado das comunicações (bancas, anúncios, assinaturas pelo Correio etc). Isso é possível já?

4) Enfim: em vez de discutir como projetar o discurso e a estrutura de um jornal pequeno-burguês em direção ao (ou sobre, ou ao lado do) movimento operário, não seria melhor verificarmos as possibilidades de co-participar com os operários de um jornal projetado e tocado conjuntamente? Creio que não é mais um sonho; já pode ser uma possibilidade.

Domingos Pellegrini Jr. - Londrina (PR)



ECOLOGIA

O novo manifesto de Lutzenberger

“Um socialismo verdadeiro teria que ter alvos técnicos fundamentalmente diferentes do capitalismo; jamais poderia promover o carro particular, a usina nuclear, as atuais formas de agroquímica (...)”

“Prezado Flávio Andrade,

Acabo de ler, com prazer, seu trabalho *A Crítica da Ecologia Política*, no EM TEMPO nº 11. Neste seu trabalho há muitas referências a pensamentos meus expressos no Manifesto Ecológico ‘Fim do Futuro’. Infelizmente, tenho a impressão de que algumas das suas críticas se baseiam em malentendidos. O Manifesto escrito parcialmente em 1974 e parcialmente em 1975/1976. Já naquela época raras vezes me deixavam tempo para eu sentar-me junto a minha escrevaninha e concentrar-me por mais de 30 minutos. Aliás, grande parte do documento foi escrito em restaurantes, em Torres, onde telefone não pudesse me importunar.

Luta ecológica

É verdade que, se eu tivesse que escrever hoje o Manifesto, eu teria sido algo mais explícito nos problemas sociais. Nossa intenção, então, era fazer um documento que apelasse a todos, com o mínimo de agressão aqueles que ainda não compreendem a profundidade social da luta ecológica, pretendendo mais tarde, em novos documentos, aprofundar esta questão. Leo em seu artigo a frase - ‘pois na verdade a construção do socialismo toca em problemas de adequação tecnológica para o desenvolvimento das forças produtivas’. Esta é exatamente nossa posição, como pode ver no artigo anexo ‘Tecnologia, Ambiente, Sociedade’. Só que eu não gosto de usar a expressão ‘socialismo’.

Esta palavra tem hoje tantos sentidos, alguns contraditórios, e o que se vê nos países que se dizem socialistas (hoje alguns preferem a expressão ‘socialismo real’ em contraposição ao socialismo ideal) me repugna profundamente e não posso considerar aquilo socialismo. Tenho tido experiência pessoal em Cuba, Alemanha Oriental e Hungria. O que ali se pratica nada tem a ver com o socialismo no verdadeiro sentido da palavra, se é que existe este sentido.

Para mim os países ditos comunistas são apenas burocracias totalitárias de centralismo total, o que, na prática, vem a ser um supercapitalismo - sobre uma só firma, o nome não me interessa. Assim desaparece todo jogo de forças, desaparece o feedback no sistema. A correção dos erros é muito mais difícil quando não impossível, e todo erro da burocracia central afeta todos. Muito significativo me parece que na Alemanha Oriental o povo, quando se refere ao seu Governo ou Partido, que vem a mesma coisa, diz ‘die Firma’.

“Socialismo Real”

Pessoalmente, sou democrata no sentido de procurar sempre a liberdade de pensamento, o pluralismo ideológico, a descentralização do poder, de todas as formas de poder (isto inclui o capital). Concordo que isto é utopia. O anarquismo, infelizmente, é tremendamente vulnerável, sempre aparece o bandido que consegue acambarcar poder, especialmente onde aparecem vácuos de poder. Como nunca haverá uma situação ideal, ou seja, nunca haverá a utopia, prefiro contentar-me com uma situação em que haja o máximo de equilíbrio entre os centros de poder, prefiro o poder distribuído entre

muitos bandidos do que na mão de um só idealista que procurará impor, e que então terá poder irrestrito para impor a sua vontade. Para mim o desastre do ‘socialismo real’ é exatamente este, é a concentração numa só mão ou numa só clique de todo o poder.

Voltando à tecnologia, o trabalho anexo ‘Tecnologia, Ambiente, Sociedade’, que pretende ser apenas um capítulo num novo livro que, se me deixam trabalhar em paz, talvez possa ser publicado em início de 79, procura mostrar que as formas atualmente predominantes de tecnologias, a megatecnologia concentrada e concentradora de capital não é fatalista histórica. Ela é resultado de decisões e jogos políticos e não representa resposta técnica a problemas somente técnicos. Ela constitui, isto sim, instrumento de dominação.

Enquanto isto não for compreendido pelo público e, especialmente pela intelectualidade, pouca chance teremos de resolver os problemas ecológicos, e, os problemas sociais. A atual forma de sociedade industrial destrói o ambiente com suas tecnologias “duras” porque estas tecnologias, que pretendem “conquistar a Natureza”, na realidade querem é dominar o Homem. As tecnologias de justiça social, as tecnologias “brandas” são também tecnologias de respeito ambiental.

Nos países que hoje se dizem socialistas ou comunistas o que se pretende é ampliar exatamente as mesmas formas de infraestrutura tecnocrática que ao capitalismo. A Alemanha Oriental pretende a mesma sociedade de consumo que a Alemanha Ocidental. Agora o governo oriental está até negociando com o ocidental a transferência para lá de filial da Volkswagen para fabricar ali o modelo Golf e outros.

Um socialismo verdadeiro teria que ter alvos técnicos fundamentalmente diferentes do capitalismo; jamais poderia promover o carro particular, a usina nuclear, as atuais formas de agroquímica (também neste campo os países comunistas são piores que os capitalistas - lá não me deixam nem a liberdade de partir para comunas de agricultura orgânica).

Ciência e tecnologia

Agora, quanto a alguns pontos citados em seu artigo, eles aparecem algo fora de contexto e, assim isolados, dão uma impressão errada, que não é a que eu queria dar. Quando eu mencionava os camponês de práticas ecológicas, anterior ao atual agricultor empresarial, eu me referia apenas ao problema ecológico. Muito após o feudalismo houve na Europa uma agricultura camponesa muito boa, ecologicamente, e sem a exploração feudal anterior.

Ao mencionar o camponês chinês também me referia apenas aos aspectos ecológicos dos métodos de produção. Reconheço que na China houve grande injustiça social, como houve na velha Grécia. Também neste caso, ao referir-me à prática grega da ciência, eu me referia à ciência exclusivamente. Hoje, para a maioria, para muito suposto cientista mesmo, não mais há diferença entre ciência e tecnologia.

Mas a ciência e tecnologia são coisas bem diferentes e pertencem de posicionamentos opostos. O verdadeiro cientista

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

Estudantes denunciam a censura da TV-Globo

“Senhor Jornalista:

Manifestamo-nos em público, através da presente, em favor da verdade, denunciando e repudiando a forma e as intenções inescrupulosas com as quais a Rede Globo de Televisão produziu o programa Globo Repórter levado ao ar neste último dia 16.

A questão iniciou-se dias atrás quando um repórter desta rede de televisão contactou o Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, para realizar entrevista com alunos desta escola a respeito de defensores agrícolas. Nesta entrevista, os alunos discorreram sobre os diversos pontos que afetam o setor agropecuario brasileiro procurando dar um enfoque mais profundo a respeito do uso inadequado e indiscriminado desses defensivos. (...)

Foi dentro deste panorama que através das manobras e cortes consecutivos da gravação original, se transmitiu uma ideia deturpada da opinião dos alunos. Este programa foi contraditório por não deixar explícito os reais problemas quanto ao uso inadequado de defensivos agrícolas no país.

Dessa maneira, não deixa claro pontos como: a necessidade de constante aumento de venda desses produtos

com vistas à maximização de lucros das empresas produtoras e a deficiência crônica de uma assistência técnica atuante por parte do governo. Omite ainda que esta situação contribua para que o pequeno produtor, um grande explorado no atual sistema, tenha que utilizar tais produtos, infelizmente de forma inadequada, com vistas a garantir a produção para o mercado como meio de sua subsistência. Leva também a crer, pela montagem, que grande parte desta problemática recai no profissional de agronomia.

Por fim, mais uma vez, foi pela maneira simplista e inescrupulosa da condução do programa que lançamos aqui nosso repúdio a esta grande empresa de comunicação. Sabemos ainda que difícil será combater quem hoje quase monopoliza a comunicação televisada, portanto solicitamos a todos aqueles cidadãos e entidades idôneas que se manifestem a respeito desse problema de fundamental importância para o povo brasileiro, pois a cada dia a degradação do nosso meio e a poluição de nossos alimentos se faz sentir sem que se efetivem soluções racionais a esse respeito.

Centro Acadêmico Luiz de Queiroz - Piracicaba (SP)

Operários e estudantes. Como fazer uma aliança?

“Amigos:

Como estudante e acionista do EM TEMPO não poderia deixar de responder a certas afirmações de José Luiz Brun, publicada no nº 11 de nosso semanário. Refiro-me a carta Operários e Estudantes no 1º de Maio de Osasco. Com efeito, o companheiro após uma brilhante defesa do caráter unitário e operário da manifestação de Osasco (que não pode ser definido a partir do número de estudantes e operários presentes), coloca no final do texto algumas confusões perigosas.

Pro-je aos operários uma estocada em alguns estudantes que ficam aí a defender o ME (Movimento Estudantil) como vanguarda táctica ou coisas do gênero e que podem querer usar esta concentração para apontar o papel fundamental, dos estudantes de empurrar os trabalhadores e construir sua ilusória e espúria proposta de aliança operário-estudantil. Acontece que o companheiro José Luiz aparenta desconhecer profundamente o quadro existente no atual ME, pelo menos no que diz respeito às tendências que atuam no seu interior e suas respectivas posições.

Tendências

Em primeiro lugar: não existe, hoje, nenhuma tendência que defenda, ao mesmo tempo, a aliança operário-estudantil e defina o ME enquanto vanguarda táctica. Pelo contrário, a tendência que levanta a palavra de ordem aliança operário-estudantil coloca de início uma questão básica: trata-se de apoiar a classe operária e nunca de servir de vanguarda do seu movimento. Trata-se, por exemplo, de apoiar a formação de um Partido Ope-

rário na medida em que este surja das próprias lutas da classe operária, mas, de forma alguma, ajudar a construir um PS que já nasce sem operários.

Em segundo lugar: então o que significa aliança operário-estudantil? Significa expressar concretamente o apoio do ME à classe operária. Significa solidarizar-se às correntes que no movimento operário se opõem aos pelegos. E como materializar esta solidariedade? De muitas formas: através de campanhas de finanças de apoio às oposições sindicais; através da luta pela anistia aos líderes operários presos, banidos ou exilados; preparando-se para defender, no meio da luta por liberdades democráticas, o fim da repressão ao movimento operário e às suas organizações, como por exemplo em maio de 1977.

Daí, a aliança operário-estudantil nada ter de ilusória. Neste sentido, o próprio 1º de maio de Osasco é apenas uma das materializações mais recentes desta proposta. Afinal, os estudantes não auxiliaram as oposições sindicais na distribuição das convocatórias? Daí, nada ter de espúria: trata-se, como disse José Luiz, de apoiar o próprio trabalho das oposições sindicais, trabalho e preocupação delas próprias, com a qual os estudantes e intelectuais devem se solidarizar e ajudar no que for possível. Nunca de empurrar os trabalhadores, tarefa aliás impraticável. De resto, estes alguns estudantes conseguiram 30% dos votos na PUC-SP, 35% na USP (São Paulo) e quase 27% no conjunto do Estado nas últimas eleições, concorrendo contra todas as demais posições. O que parece ser um bom começo”.

Paulo Almeida - Campinas (SP)

é um homem que fez o voto da honestidade absoluta - diálogo limpo com a Natureza - em sobretudo, o voto da humildade e modéstia, isto é, ele está sempre preparado a modificar suas ideias, sua própria estrutura mental, seus paradigmas, quando as respostas da Natureza a isto o obrigarem. O tecnocrata, entretanto, é um homem que apenas se utiliza dos conhecimentos que a ciência desvendou para impor a sua vontade, ele prostitui a ciência com a sua sede de poder. É fundamental que esta diferença entre a consciência pública.

Eu não diria que a opção é um capitalismo de pequenas empresas. Prefiro não ir a estes detalhes, pois há infinitas formas e combinações possíveis, o essencial é que haja controle do poder.

Agradeço suas críticas e me regozijo com toda polémica. Quanto mais discutirmos estes problemas, melhor. Congratulo-me com EM TEMPO e espero poder colaborar no futuro”.

J.A. Lutzenberger - Porto Alegre (RS)

SEGURE O PACOTE!

(Faça uma coleção dos primeiros números de EM TEMPO, adquirindo em qualquer de nossas sucursais — ou na sede — o pacote com 05 n.ºs. 1 a 10, por apenas Cr\$ 60,00).

EM TEMPO

MORTE NA REDE FERROVIÁRIA

De dezembro para cá, seis ferroviários se suicidaram no Rio. Dona Lydia, a mulher de um deles - Elpídio José dos Santos Filho, denuncia: "Estão dizendo agora que ele estava louco. Mas o contra-cheque foi o pingo d'água. Uns dizem que foi por causa dos agiotas. Mas se ele se matou porque teve de recorrer a agiotas é porque o seu salário era baixo e não dava para nada". Aqui, a história de Elpídio e dos lucros da Rede Ferroviária.

No dia 29 de março, o ferroviário Elpídio José dos Santos Filho ainda voltou duas vezes da rua. Tinha esquecido a chave e só se reteve, na porta, para beijar mais uma vez sua filha. As seis horas da manhã as ruas ainda estão vazias, no subúrbio carioca da Penha, mas os pontos de ônibus estão cheios de operários que aguardam condução para a cidade. Elpídio não saiu nem triste nem alegre: saiu calado, como sempre. Foi a última vez que sua família o viu com vida. As nove horas, dona Lydia, casada há 14 anos, recebeu a notícia: Elpídio se suicidou.

"Dois funcionários se mataram ontem no Edifício Central do Brasil, segundo a Rede Ferroviária Federal: Elpídio José dos Santos Filho, 44 anos, foi encontrado às 7h na área interna do 8º andar; Sebastião Chrispiniano Espinola Vieira, 48, pulou da janela do banheiro do 19º andar. Em seis meses houve seis suicídios no prédio, sendo quatro de funcionários da RFFSA." ("Jornal do Brasil", 30 de março de 1978)

"Eles mataram meu marido. Isso eu já disse pra eles lá na Rede: vocês mataram meu marido." O rosto de dona Lydia está cansado, inchado de chorar. "Olha, não tenho mais o que chorar." A casa de dona Lydia é uma casa de trabalhador de subúrbio. Duvida que um trabalhador, hoje, um ferroviário, por exemplo, possa comprar uma casinha daquelas, com fundos e tudo. É verdade que, agora, o viaduto passa quase em cima. Mesmo assim, ainda está valorizada. Só que não é dela nem de Elpídio, que esse não tinha condições mesmo de comprar casa nenhuma. Desde que casaram, há 14 anos, vivem "encostados". Primeiro, na casa da sogra, em Santa Cruz. De

uns anos para cá, nesta casinha de subúrbio, debaixo do viaduto.

Elpídio nunca teria dinheiro para fazê-la. Era do pai de dona Lydia e agora pertencia à sua mãe, uma senhora nervosa, com 78 anos. "Ele não precisava fazer aquilo. Comida nunca ia faltar, tinha sempre alguma coisa, dava-se um jeito." O pai de dona Lydia era estivador e conseguiu construir a casinha, aos poucos, há 30 anos. Hoje, dificilmente conseguiria. Elpídio, veja o exemplo de Elpídio: 20 anos de Central do Brasil e só morou "encostado", de favor. Podia trabalhar outros tantos que ia ser isso mesmo.

Ele deixou um bilhete, sim. Se despedia de dona Lydia e da filha. Um bilhete carinhoso. Bilhete nenhum, no entanto, seria tão eloquente como o último contra-cheque de Elpídio, que dona Lydia só viu depois que ele morreu. Está lá, detalhado, tim-tim por tim-tim: salário, Cr\$ 3.900; gratificações por quinquênios, Cr\$ 585; horas extras, Cr\$ 609; salário-família, Cr\$ 55; total: Cr\$ 5.150. Descontos: cooperativa, Cr\$ 3.233; amortizações de débitos, INPS, imposto de renda, seguros, restaurante, Cr\$ 1.849; total dos descontos: Cr\$ 5.082. Líquido a receber: Cr\$ 68,48. O laudo cadavérico não menciona nenhuma destas cifras. Não diz, sequer, que foi suicídio.

Roendo o desespero

Dá para reconstituir os últimos angustiosos dias de Elpídio. Ele recebeu seu contra-cheque na segunda ou na terça-feira. O dinheiro só sairia, no entanto, na quarta. Há pelo menos 24 horas, portanto, ele roia o desespero de um beco aparentemente sem saída. O último mês, fevereiro, fora a mesma coisa. Sobraram pouco mais de Cr\$ 80, depois dos descontos. Dona Lydia admite que ele já estivesse acumulando dívidas com agiotas. Era bem provável. Seu salário era insuficiente há

muito tempo. Elpídio foi um dos cem mil ferroviários brasileiros que tiveram seus salários rebaixados, a partir de maio de 76, com um Plano de Classificação de Cargos (o famigerado PCC).

Segundo cálculos de advogados trabalhistas, seu salário, na classificação, deveria ser de Cr\$ 7 mil e não de Cr\$ 3.900. Como agente administrativo, com 20 anos de casa, deveria ter sido enquadrado no nível 73 e não no nível 65.

Ninguém ficou satisfeito com o Plano de Classificação, - admite o relações públicas da Divisão Especial (que cuida dos subúrbios do Grande Rio) da Rede. - Só o pessoal de nível superior (menos de cinco mil funcionários em toda a Rede). Estes, foram os únicos que tiveram seus salários calculados de acordo com o mercado de trabalho.

Só no Rio, existem 20 mil ações trabalhistas nos tribunais impetradas por ferroviários revoltados com o Plano de Classificação. Elpídio era um deles. Ele entrou na Justiça do Trabalho, junto com uma centena de companheiros, há quase dois anos, pedindo a revisão do Plano. Os ferroviários sabem que é possível ganhar na Justiça. Mas sabem também que com a vitória virão as represálias. Os 14 primeiros que entraram e ganharam, todos com mais de 30 anos de serviço, foram demitidos; apenas um ficou, porque não era opante. Isso tudo, no entanto, não vem intimidando os ferroviários e a prova mais eloquente desta revolta e desta resistência são estas 20 mil ações na Justiça do Trabalho.

Os meses que antecederam a divulgação do Plano foram meses de promessas por parte do Governo e de esperança por parte dos operários. Esperavam todos, finalmente, aumentos justos. A Rede prometia corrigir as injustiças. Na verdade, o plano que saiu rebaixou os salários.

As duas condições de trabalho

Outros problemas que angustiavam Elpídio continuam angustiando cem mil ferroviários. As condições de trabalho são difíceis e inseguras. As demissões são frequentes - só este ano, no Rio, cerca de 200. Ao invés de se expandir, a Rede está terminando com vários ramais de passageiros, o que significa menos empregos. A repressão é violenta. O acúmulo de responsabilidades está muito acima do valor de seus salários - que são comidos, diariamente, como todos os salários de todos os trabalhadores do país, pelo aumento constante do custo de vida e pela política de arrocho do governo.

Um ferroviário, Nahildo Ferreira, tenta resumir os problemas da categoria:

- O Plano de Classificação é uma farsa que esconde os achatamentos dos salários e as injustiças trabalhistas. Cinco por cento dos funcionários foram beneficiados com o Plano. Os outros 95 por cento foram marginalizados. O Plano não considerou os direitos adquiridos. Não se paga, por exemplo, insalubridade. Embora a gente entre toda hora na Justiça e ganhe, eles pagam durante um tempo e depois deixam de pagar de novo. A escala de trabalho também é feita para diminuir os custos na folha de pagamento em cima do salário da gente. Eu trabalho 24 horas e folgo 48. Ao invés deles me pagarem os excessos de horas extras em dinheiro, acrescidos dos 50 por cento que a lei obriga, eles pagam em folga durante a semana. E não dão a folga obrigatória. No final da semana, eu trabalho uma média de 11h30m extras e recebo apenas oito horas em folgas. Um absurdo.

"Vidraça" - é como os companheiros o chamam, na estação - é faxineiro há seis anos na Rede, mas faz qualquer serviço que o chefe mandar pelo mesmo Cr\$2400 que recebe de salário. - Eles dão punição só de não ir com

a cara do sujeito. Se você fala muito, diz o que pensa da tua situação de trabalho, eles marcam você. Se você recebe uma punição e se recusa a assinar porque não concorda com o que está escrito lá, eles levam a punição para a Administração e voltam com uma maior. Qualquer coisa e nós fomos lascar. Agora, uma coisa pros companheiros da Rede: os mais antigos não veem que existem os mais novos e que esses ganham mal, também. Eles acham um absurdo um faxineiro ganhar Cr\$ 2400 quando eles ganham só Cr\$ 3900. Não percebem que o que está errado é o pagamento de todo mundo, tanto aqui dentro como lá fora.

Além de pedir dinheiro emprestado a agiotas, Elpídio recorreu a outros recursos de desespero. Existe na Central do Brasil uma cooperativa para seus funcionários. Eles podem levar, por mês, um tanto de mercadoria de acordo com seu salário. E a quantia é descontada no mês seguinte na folha de pagamento. Os ferroviários mais desesperados, precisando de dinheiro vivo (e não apenas das mercadorias que podem levar) vendem suas quotas para outros companheiros - os macaqueiros - que pagam, geralmente, a metade do valor. E dinheiro à vista e o ferroviário necessitado aceita.

Nesta semana passada, por exemplo, um outro maquinista recebeu a oferta de um saco de arroz, de 60 quilos e que vale Cr\$ 520, por Cr\$ 350. No contra-cheque de Elpídio consta lá: desconto de cooperativa, Cr\$ 3233. Dona Lydia, no entanto, nunca recebeu uma mercadoria da cooperativa. Na verdade, Elpídio vendia sua cota e levava para casa dinheiro vivo. So que a metade do que poderia. E esta diferença vinha descontada na folha de pagamento do mês seguinte. E se acumulava no outro.

"Ele devia ter lutado mais"

De dezembro para cá, seis ferroviários se suicidaram no Rio. O último, em abril, no dia 16. É difícil de se sa-

ber exatamente quantos, seus nomes e endereços. Mas sabe-se que o primeiro, em dezembro, foi um maquinista. Sabe-se, ainda, que entre os seis (ou sete) um era electricista, outro analista auxiliar (Sebastião Vieira) e Elpídio, agente administrativo. A Rede Ferroviária, embora admita que "cinco ou seis pessoas se suicidaram, este ano, no prédio da Central do Brasil", não permite que se tenha acesso aos dados do Departamento do Pessoal e do Serviço Social. Sem qualquer prova, afirma categoricamente que apenas dois eram funcionários da Rede e estavam de licença, pelo INPS, para tratamento psiquiátrico. Eram "loucos". Só o caso de Elpídio desmente esta versão que tenta ocultar as péssimas condições de vida e de trabalho a que estão submetidos 100 mil ferroviários. Elpídio, 20 anos de serviço, trabalhou até o dia de sua morte.

-Estão dizendo agora que ele tava louco - responde dona Lydia. Tava nada, tava era bom. O contra-cheque foi o pingo d'água. Uns dizem que foi por causa de agiotas e por causa desta cooperativa. E se ele se matou porque teve de recorrer a agiotas é porque o seu salário era baixo e não dava para nada. Os ferroviários e os estivadores sempre foram muito visados porque nunca se conformaram. E agora estão pagando por isso.

Cheia de dívidas, sem ajuda do sindicato (que deu apenas Cr\$ 200, para o funeral) e sem conseguir receber os seguros a que tem direito, dona Lydia continua revoltada, embora sem desespero. Não tem mais o que chorar.

Agora não adianta fazer mais nada, desabafa. Ninguém me devolve ele. O que vale é que eles todos vão morrer. Não pensando que ficam aí para sempre? Ele não devia ter feito isso, devia ter lutado mais, devia ter contado pra gente seu desespero. Ele perdeu a vida para "eles" que continuam nos seus belos sítios, nos seus carros. Eles estão pouco ligando... Parecem abutres.

Marilka C. da Costa e Marcelo Beraba

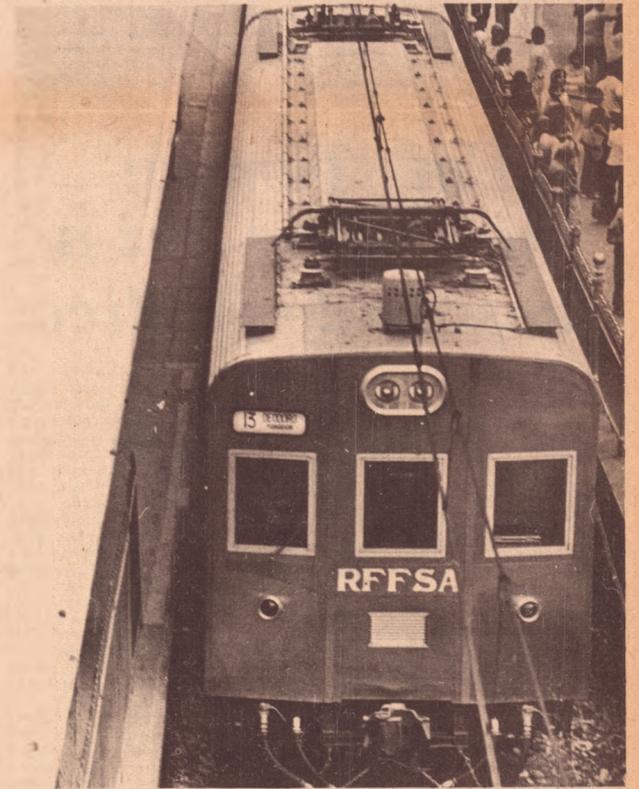
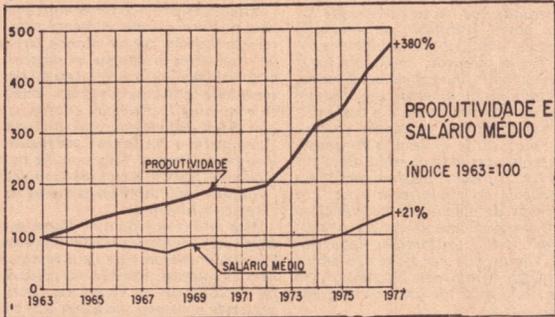


A "prova do crime"

Não tem limites a ganância do capital. Mesmo nas empresas ditas estatais, para-estatais ou mistas. A melhor prova é o relatório da diretoria da Rede Ferroviária Federal S.A., referente a 1977, publicado no dia 11 de abril deste ano nos principais jornais do país. Um dos gráficos do relatório reconhece, clinicamente, que o "extraordinário aumento da produtividade da empre-

sa não beneficiou os ferroviários". Beneficiou a quem? Enquanto os trabalhadores fizeram com que esta produtividade subisse, a partir de 1963, 380 por cento, seus salários foram rebaixados, ano a ano, dia a dia, até 1975, quando tiveram um leve aumento. Abaixo, por incrível que pareça, o gráfico-publicado pela própria Rede:

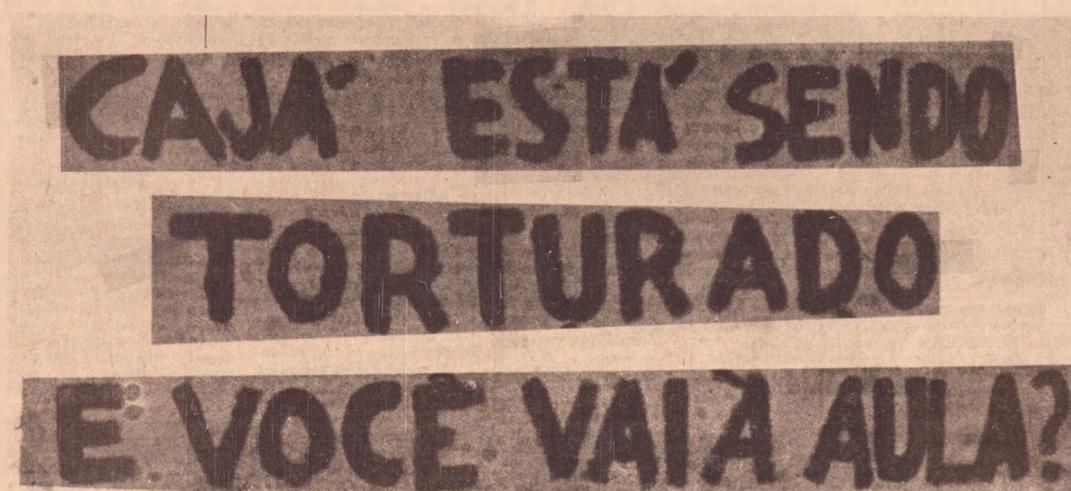
É importante destacar que dos resultados dessa extraordinária elevação de produtividade (380% no período de 1963/77) não se beneficiaram tanto os empregados da RFFSA, haja vista que, até 1975, os salários médios reais permaneceram praticamente constantes.



O sequestro, pela Polícia Federal, do estudante Edval Nunes da Silva, o Cajá, causou grande repercussão e protesto no Recife, fazendo com que os estudantes e diversos setores da população se mobilizassem em repúdio ao ato. Esse movimento se ampliou para outros estados. No Recife os estudantes deflagraram, entre os dias 15 e 22, a primeira grande greve depois de 1968. Em quase todos os cursos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) as aulas foram paralisadas, chegando a haver 12 mil estudantes em greve.

A igreja, juntamente com outros setores da comunidade deram irrestrito apoio à luta dos estudantes "Pela defesa da integridade física", "Pela quebra da incomunicabilidade" e "Pela libertação de Cajá", passando também a assumir esta luta.

Apesar da Polícia Federal tentar justificar a manutenção da incomunicabilidade por 10 dias, baseada na Lei de Segurança Nacional, a enorme mobilização dos estudantes e da população fizeram com que já na quarta-feira, dia 17, portanto 5 dias após a prisão, o reitor e a mãe do estudante conseguissem vê-lo. Mais tarde Cajá afirmaria que a partir deste dia as torturas físicas foram interrompidas. Na quinta-feira, colocado diante de uma comissão da OAB-PE, Cajá fez as primeiras



Fonte: Comissão de Inquirição da UEP

denúncias das torturas sofridas nas dependências da Polícia Federal. O fato teve tal repercussão que a mesma se viu obrigada a "explicar" a prisão através de

ampla distribuição de cartazes onde tentava estabelecer ligações de Cajá com o Partido Comunista Revolucionário. Na segunda-feira, dia 22, houve oficial-

mente a quebra da incomunicabilidade de Cajá. No encontro com o advogado ele denunciou os tipos de torturas sofridas e seus torturadores, afirmando, inclusive,

que as mesmas foram presenciadas pelo delegado do DOPS local, Moacir Galdino. Segundo Cajá os responsáveis pelas torturas a que foi submetido são: "Arimatéia, Marcelo, Alexandre, Clenio e Sampaio".

Ainda na segunda-feira os estudantes decidiram suspender a greve, considerando que duas vitórias foram alcançadas a partir das mobilizações: "Aprendemos que a nossa força está em nossa mobilização... Aprendemos que a greve é uma das mais avançadas formas de luta de que temos e que na prática garantiu a integridade física e a quebra da incomunicabilidade de Cajá".

Com o final da greve, os estudantes decidiram passar a utilizar novas formas de luta para ampliar o movimento pela libertação de Cajá, e já na quarta-feira foi realizada uma assembléia metropolitana, onde foi discutida a reorganização da União dos Estudantes de Pernambuco, (UEP) e a realização do próximo dia 31 de um "Dia Nacional de Luta" convocada pela "Comissão Pro-Une".

Se desde o início da prisão de Cajá o apoio dos outros Estados se expressou basicamente através da igreja, agora, com a convocação desse "Dia Nacional de Luta" pelos estudantes, o movimento se amplia assumindo uma perspectiva nacional.

(Sucursal de Pernambuco)